

RELATÓRIO E CONTAS DA UMP *2023*

Com os Portugueses desde 1176.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea h) do artigo 15.º, da alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º e do artigo 19.º dos Estatutos desta União, convocam-se as Associadas da União das Mutualidades Portuguesas (UMP) para reunirem em **Assembleia Geral Ordinária, a realizar no próximo dia 09 de fevereiro de 2024, às 09h30, no Auditório de A Mutualidade de Santa Maria Associação Mutualista, sito na Avenida 29 de Março, n.º 652, 3885-518 Esmoriz, concelho de Ovar, distrito de Aveiro**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas de 2023, o qual vai acompanhado do respetivo Parecer do Conselho Fiscal;
2. Outros assuntos de interesse.

Nos termos do número 5 do artigo 19.º dos Estatutos da UMP, a Assembleia Geral reúne à hora marcada na convocatória, se estiverem presentes mais de metade dos Associados com direito de voto, ou meia hora depois de qualquer número de Associadas.

Os documentos aludidos na presente convocatória estão, desde esta data, disponíveis para consulta na Sede da **União das Mutualidades Portuguesas** e publicados no sítio da Internet em www.mutualismo.pt e foram enviados por correio eletrónico para todas as Associadas nesta mesma data.

Esmoriz, 17 de janeiro de 2024

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral,
Carla Sofia Oliveira Silva

Nota: Chama-se à especial atenção das Associadas para a Informação seguinte
Informação:

A Mesa da Assembleia Geral da União das Mutualidades Portuguesas chama à especial atenção dos Excelentíssimos Associados para as seguintes disposições Estatutárias e Regulamentares, relacionadas com a composição e funcionamento da Assembleia Geral:

1º - Nos termos do número 3, do artigo 7º dos Estatutos da UMP, *“As quotas consideram-se vencidas no primeiro dia dos meses a que digam respeito e são pagas antecipadamente, trimestralmente, semestralmente ou anualmente”*. Por outro lado, nos termos do número 5 do artigo 9º dos Estatutos da UMP, *“Os associados efetivos e participantes só poderão exercer os seus direitos se tiverem em dia as quotas”*.

2º - Nos termos do artigo 2º e 5º do Regulamento de Funcionamento de Assembleia Geral da UMP:

“Artigo 2º
(Composição)

- 1. As Assembleias Gerais são realizadas de forma presencial sendo, contudo, permitido o recurso em simultâneo a meios telemáticos, desde que se encontrem assegurados os respetivos meios, a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações.*
- 2. A Assembleia Geral é constituída por todos os Associados efetivos que estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos, isto é, que tenham sido admitidos há mais de doze meses, tenham as quotizações pagas e em dia e não estejam suspensos nos termos dos Estatutos.*
- 3. Os Associados participantes, desde que tenham as suas quotizações pagas e em dia e não estejam suspensos nos termos dos Estatutos, podem participar nas reuniões da Assembleia Geral, mas sem direito a voto.*
- 4. Os Associados beneméritos e honorários podem participar nas reuniões da Assembleia Geral, mas sem direito a voto.*
- 5. Os Associados efetivos e participantes que não estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos apenas podem assistir às Assembleias Gerais.”*

“Artigo 5º
(Representação)

- 1. Os Associados participam na Assembleia Geral da UMP, em princípio, através de representante pessoa singular que seja titular efetivo da respetiva Direção/Conselho de Administração, devendo este ser portador de carta-mandato para esse efeito, salvo se a UMP possua no seu dossier de apoio às Assembleias Gerais cópia dos documentos referidos no artigo anterior, bastando a esse representante identificar-se através de documento idóneo, para nela poder participar e, se permitido, votar.*
- 2. Os Associados podem, igualmente, participar na Assembleia Geral através de qualquer outra pessoa singular desde que a mesma apresente, no dia da Assembleia Geral, carta-mandato dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.*
- 3. Os Associados efetivos podem, nos termos previstos nos Estatutos, fazerem-se representar por outros Associados efetivos, devendo o Associado Mandatário ser portador de carta-mandato do Associado mandante, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e entregue no dia da Assembleia Geral.*
- 4. As cartas-mandato referidas nos números anteriores devem, cumulativamente:*
 - a) Identificar o Associado mandante e a pessoa singular sua representante ou o Associado mandatário;*
 - b) Indicar se se destinam a uma Assembleia Geral em concreto ou às Assembleias Gerais, ordinárias e/ou extraordinárias, que venham a realizar-se dentro de um período temporal determinado;*
 - c) A extensão dos poderes de representação que são conferidos pelo Associado mandante ao seu representante pessoa singular ou ao Associado mandatário;*
 - d) Ser assinadas por quem estatutariamente obriga a Associação e com as assinaturas reconhecidas nos termos da lei, na qualidade e com poderes para esse ato, salvo se a UMP possua no seu dossier de apoio às Assembleias Gerais cópia dos documentos referidos no anterior artigo 4.º deste RFAG, caso em que o reconhecimento das assinaturas não será necessário.*
- 5. Na mesma sessão da Assembleia Geral, nenhum Associado efetivo pode, para além de si próprio, representar mais que um Associado efetivo e nenhuma pessoa singular pode ser representante de mais do que dois Associados.*
- 6. É permitida a inscrição de qualquer Associado para assistir, participar e, se permitido, votar na Assembleia Geral até ao encerramento da sessão, seja em primeira sessão ou em qualquer um dos seus prolongamentos.*
- 7. No caso em que Assembleia funcione em mais de uma sessão, a inscrição/acreditação dos Associados far-se-á apenas uma vez e em qualquer uma das sessões podendo, todavia, os Associados alterar os seus representantes.*

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	08
I. REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO	10
1. SEGURANÇA SOCIAL	11
1.1 CÓDIGO DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS	11
1.1.1 ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	11
1.1.1.1 CÓDIGO DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS	11
1.1.1.2 ESTATUTO FISCAL	11
1.1.1.3 COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO	11
1.1.1.4 PARECERES LEGISLATIVOS EMITIDOS	12
1.1.1.5 PROTOCOLO COM ANMP SOBRE DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA SOCIAL	13
1.1.2 COMISSÃO PERMANENTE DO SETOR SOCIAL E SOLIDÁRIO (CPSSS)	14
1.1.3 CONSELHO NACIONAL PARA A ECONOMIA SOCIAL (CNES)	14
1.1.4 COMISSÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO (CNC)	14
1.1.5 COMISSÃO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (CNAPRR)	14
1.1.6 INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL (ISS, I.P.)	15
1.1.7 CENTRO PARA A ECONOMIA E INOVAÇÃO SOCIAL	15
1.1.8 REUNIÕES E REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS NACIONAIS	16
1.1.9 OUTRAS PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS NACIONAIS	17
1.2 SAÚDE	17
1.2.1 ASSISTÊNCIA MÉDICA E FARMÁCIAS SOCIAIS	17
1.2.2 SAÚDE MENTAL	18
II. ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO MUTUALISTA	19
2.1 ASSOCIATIVISMO	20
2.2 PROTOCOLOS DE PARCERIA	20
2.3 ACONSELHAMENTO JURÍDICO E REVISÃO DE ESTATUTOS	20
2.4 IRCT	21
2.5 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	22
2.5.1 APLICAÇÃO AMIGA	22
2.5.2 SIMPLEX-MUTUAL	22
2.5.3 BASE DE DADOS DE CARACTERIZAÇÃO DAS MUTUALIDADES	22

ÍNDICE

2.6 NOVAS MODALIDADES DE BENEFÍCIOS	23
2.7 EVENTOS E INICIATIVAS	23
2.7.1 EVENTOS	23
2.7.1.1 WEBINARS	23
2.7.1.2 ASSEMBLEIAS GERAIS	23
2.7.1.3 V REUNIÃO ANUAL DE PRESIDENTES MUTUALISTAS	23
2.7.1.4 DIA NACIONAL DO MUTUALISMO	24
2.7.1.5 CONFERÊNCIA TEMÁTICA SOBRE SAÚDE	25
2.7.1.6 XII ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES MUTUALISTAS	25
2.7.1.7 SESSÃO EVOCATIVA D'O BERÇO DO MUTUALISMO	25
2.7.2 INICIATIVAS E PRÉMIOS HONORÍFICOS	26
2.7.2.1 CHAMA MUTUALISTA	26
2.7.2.2 PRÉMIO INOVAR PARA MELHORAR (PIPM)	26
2.7.2.3 PRÉMIO TRABALHADOR DO ANO	26
2.7.2.4 PRÉMIO MUTUALISMO E SOLIDARIEDADE	27
2.7.2.5 PRÉMIO CIDADANIA E SOLIDARIEDADE	27
2.7.2.6 PRÉMIO MUTUALISMO E SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL	27
2.7.2.7 CRIAÇÃO DO PRÉMIO COSTA GOODOLPHIM	27
III. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UMP	29
3.1 PROJETO DE CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL	30
3.2 GABINETE DE PROJETOS E INOVAÇÃO SOCIAL	30
3.3 CENTRO INFANTIL DR. ANTÓNIO DA COSTA LEAL	30
3.4 NOVA SEDE SOCIAL	31
3.5 PLANEAMENTO ESTRATÉGICO	31
3.6 GABINETE DE FORMAÇÃO	32
IV. COMUNICAÇÃO E IMAGEM	33
4. COMUNICAÇÃO E IMAGEM	34
4.1 PUBLICAÇÕES IMPRESSAS	34
4.1.1 ANUÁRIO "MUTUALIDADES PORTUGUESAS"	34
4.1.2 REVISTA MUT	34

ÍNDICE

4.2 IMPRENSA	34
4.3 COMUNICAÇÃO DIGITAL	35
4.3.1 MUTUAL XXI	35
4.3.2 OUTRAS PRODUÇÕES E REPORTAGENS EM VÍDEO	35
4.3.3 CORREIO MUTUALISTA	35
4.3.4 SITES	35
4.3.5 REDES SOCIAIS	36
4.3.6 TRABALHOS CRIATIVOS E MERCHANDISE	36
4.3.7 COMUNICAÇÃO INTERNA	36
V. INTERNACIONALIZAÇÃO	37
5.1 UMM – UNIÃO MUNDIAL DAS MUTUALIDADES	38
5.2 OIES – CRIAÇÃO E ADESÃO À ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DA ECONOMIA SOCIAL	38
5.3 CESE – CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU	39
5.4 COOPERAÇÃO COM A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)	39
5.5 FÓRUM SOCIAL DO PORTO	40
5.6 AUDIÊNCIA COM COMISSÁRIO DA UNIÃO EUROPEIA DO EMPREGO E DIREITOS SOCIAIS	40
5.7 ENCONTRO COM PAPA FRANCISCO	40
5.8 ERASMUS + “BEYOND NEET: PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS ATRAVÉS DO VOLUNTARIADO”	40
5.9 ERASMUS + “EUROPE IS FEMALE”	41
VI. RESULTADO LÍQUIDO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO	42
VII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	44
ANEXO	50
PARECER DO CONSELHO FISCAL	62

RELATÓRIO E CONTAS DA UMP *2023*

ESTIMADAS ASSOCIADAS

O Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas (UMP) tem a honra de submeter à vossa apreciação, discussão e votação o Relatório e Contas de 2023 da União das Mutualidades Portuguesas, acompanhado pelo respetivo Parecer do Conselho Fiscal.

INTRODUÇÃO

O Relatório e Contas de 2023, que aqui se apresenta, espelha a atividade desenvolvida pela União das Mutualidades Portuguesas numa conjuntura marcada por uma grande instabilidade internacional e uma crise inflacionista, que ditaram novos fluxos migratórios e um aumento significativo de preços de bens essenciais, com grande impacto nas pessoas, nas organizações sociais e na economia.

Houve necessidade de dar atenção e acompanhar as dificuldades e os constrangimentos que as associações mutualistas enfrentaram e enfrentam e, junto do governo, negociar medidas e apoios que assegurassem a qualidade das respostas e dos serviços prestados aos utentes e aos mais vulneráveis das respetivas comunidades.

Através da convergência de esforços com as demais entidades do setor social e solidário e o governo, foi possível negociar um memorando de entendimento e um Compromisso de Cooperação que ajustaram as comparticipações da Segurança Social às respostas sociais num horizonte até 2024. Foram, ainda, aprovadas várias medidas e apoios ao setor social que minimizaram as dificuldades e evitaram que se colocassem em causa a sustentabilidade das associações e da própria UMP. Até no âmbito das candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência, e face ao aumento dos preços dos materiais e da mão de obra, foram revistos em alta os valores das comparticipações à construção e re-qualificação de equipamentos sociais.

No que concerne aos constrangimentos legais que preocupam e afetam o Movimento Mutualista, desenvolveram-se várias diligências com o Presidente da República, com quem se abriram canais de interação, Primeiro-Ministro, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Secretaria de Estado da Segurança Social, Direção-Geral da Segurança Social, Ministério da Saúde e o Diretor Executivo do Serviço Nacional de Saúde (SNS), que culminaram com o Estado Português a assumir o compromisso de, em 2024, proceder à revisão do Código das Associações Mutualistas e do regime jurídico das Farmácias de Oficina, celebrar novas convenções para a prescrição e realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica e estabelecer protocolos com as clínicas e hospitais do setor social para a prestação de cuidados de saúde nos territórios onde o SNS não consiga dar resposta atempada aos cidadãos.

Neste ano em análise, prosseguiu-se uma gestão de elevado rigor e eficiência que permitiu, apesar do cenário de incerteza e adversidade, racionalizar e otimizar os recursos, de forma a assegurar a concretização daqueles que eram os objetivos estratégicos do Programa de Ação, e apresentar resultados positivos que ascendem a 30.925,15€. Aliás, este é um traço deste Conselho de Administração, que, desde o primeiro ano do seu mandato, vem repetidamente apresentando resultados positivos, também fruto da captação de novos recursos de financiamento públicos e privados, nacionais e internacionais, através do desenvolvimento de projetos que, não só alargam a intervenção da UMP e do Movimento Mutualista como geram inovação, capacitam e potenciam os seus recursos humanos.

O apoio e a proximidade com as nossas filiadas continuaram a figurar entre as maiores prioridades do Conselho de Administração, não só através de apoio técnico, do aconselhamento jurídico e financeiro e de capacitação, mas também intercedendo junto dos diferentes Ministérios, Autarquias e outros organismos públicos para a resolução de problemas e constrangimentos específicos de cada uma delas, na relação com a administração pública.

Em 2023, iniciou-se um processo de envolvimento das associações mutualistas na reflexão e definição de propostas em áreas estratégicas de atuação, como a Saúde e a Previdência Social, constituindo grupos de trabalho que vão debruçar-se sobre o rejuvenescimento das respostas do Movimento aos desafios que a sociedade nos coloca.

O Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIDACL) afirma-se como uma grande referência no apoio à infância, publicamente reconhecido com a atribuição do Selo Protetor 2023-2025 pela Comissão Nacional de Defesa e Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens e com a aprovação de uma candidatura ao Prémio BPI Fundação la Caixa Infância, que possibilitará a requalificação do recreio e o desenvolvimento de ações no campo da parentalidade.

Com os Sindicatos foi negociada, em clima de paz social, uma atualização do Contrato Coletivo de Trabalho, cuja abrangência vincula, a partir de 2023, não apenas as filiadas da UMP, mas todas as organizações mutualistas portuguesas.

No âmbito do vetor estratégico da internacionalização, para além da participação ativa no Comité Económico e Social Europeu e no Comité Intercontinental da União Mundial das Mutualidades, impulsionou-se, em comunhão de esforços com organizações de Itália e do Brasil, a constituição da Organização Internacional da Economia Social (OIES), a que a UMP presidirá no primeiro mandato de quatro anos.

O objetivo consiste em representar as entidades da economia social perante organizações internacionais e, no caso da Europa, junto da União Europeia, em Bruxelas, onde ficou estabelecida a sua sede, e de onde se fará o acompanhamento da implementação do Plano de Ação Europeu para a Economia Social.

26

PARECERES LEGISLATIVOS EMITIDOS

+ *de*
80

REPRESENTAÇÕES

I. REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO

I. REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO

1. SEGURANÇA SOCIAL

1.1 Código das Associações Mutualistas

1.1.1 Assuntos Estratégicos

1.1.1.1 Código das Associações Mutualistas

O ano de 2023 ficou marcado por múltiplas diligências junto do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da Direção-Geral da Segurança Social, no sentido de introduzir alterações que deem resposta aos constrangimentos que o Código das Associações Mutualistas (CAM) tem colocado ao desenvolvimento do setor.

Depois da análise efetuada pelo grupo de trabalho conjunto da UMP e da DGSS da proposta de alteração apresentada ao Governo - dada a conhecer ao Presidente da República - e de várias audiências e reuniões com a tutela, o Estado português assumiu, por escrito, no Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário 2023/2024, a concretização da revisão do CAM durante o ano de 2024. Um compromisso que se saúda no culminar de vários anos de sensibilização e negociações com sucessivos governos, mas que continua a exigir um acompanhamento permanente, de forma a que o teor final das alterações corresponda aos legítimos anseios das associações mutualistas.

Em paralelo, temos continuado a prestar apoio técnico e jurídico às nossas filiadas nos respetivos processos de registo definitivo dos estatutos.

1.1.1.2 Estatuto Fiscal

A dinâmica e a amplitude cada vez maior da ação do setor da Economia Social tornam imperiosa a revisão do seu Estatuto Fiscal no sentido de assegurar melhores condições de sustentabilidade às instituições e eliminar situações de desigualdade que subsistem em sede de tributação.

A taxa de IVA em empreitadas e o alargamento do regime de isenção de IMI a todos os bens imóveis propriedade das associações mutualistas são algumas matérias que temos colocado (e vamos continuar a colocar) com regularidade em cima da mesa nas reuniões com o Governo e nos fóruns próprios do setor da economia social.

No âmbito da fiscalidade, e na defesa dos interesses das mutualidades, os Gabinetes Jurídico e Financeiro da UMP têm dado aconselhamento, emitido pareceres e apoiado tecnicamente várias associações filiadas nos diferendos que mantêm com a Autoridade Tributária.

1.1.1.3 Compromisso de Cooperação

A escalada dos preços e os justificados aumentos salariais produziram um grande impacto nas instituições sociais, obrigando o setor a negociar com o Governo, a meio do ano, uma atualização das comparticipações às respostas sociais. As dificuldades das instituições em fazer face ao aumento dos custos tornou premente a assinatura de um memorando de entendimento, em setembro, que assegurou uma revisão em alta das comparticipações, 11% nas respostas de âmbito residencial e Centro de Dia

e 8% nas restantes respostas sociais, com retroativos a janeiro. Esta atualização integraria o Compromisso de Cooperação para o biénio 2023/2024, assinado em dezembro último, culminando uma negociação intensa e complexa que se traduziu em aumentos de 7,3% (1,3% de apoio extraordinário + 6% de atualização) para respostas típicas e atípicas, com exceção das creches, e de 12% (2,4% de apoio extraordinário – 9,6% de atualização) para respostas de ERPI e Lar Residencial.

Além dos aumentos das comparticipações, este Compromisso de Cooperação consagra quatro pontos que correspondem a justas pretensões do Movimento Mutualista e pelas quais a UMP vinha persistentemente a batalhar há longo tempo:

- A revisão do Código das Associações Mutualistas;
- A revisão da Lei das Farmácias de Oficina;
- A celebração de novas convenções para a prescrição e realização de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica;
- A celebração de protocolos para a prestação de cuidados de saúde com clínicas e hospitais do setor social, que permitam colmatar, sempre que se justifique, as carências do Serviço Nacional de Saúde.

Pela primeira vez, o Estado assume um compromisso vertido a escrito de concretizar estes quatro pontos durante o ano de 2024, facto que a UMP naturalmente saúda - e tudo fará para que se faça cumprir, em prol do desenvolvimento das associações mutualistas.

1.1.1.4 Pareceres legislativos emitidos

A UMP, enquanto representante das associações mutualistas, participou em reuniões de preparação de medidas públicas e foi chamada a emitir pareceres e pronunciar-se sobre um vasto leque de diplomas, que aqui se mencionam: Protocolo de Cooperação que visa estabelecer as condições gerais de cooperação e articulação para assegurar o desenvolvimento de um projeto para instalação de Balcões SNS24 em equipamentos de respostas sociais e unidades de internamento geridos por entidades do setor social e solidário;

- Projeto de Portaria das Altas Hospitalares;
- Programa PARES 3.0.;
- Projetos dos despachos de constituição do grupo de trabalho para a criação de sistema de certificação de qualidade e ou avaliação do impacto social a desenvolver nas respostas sociais e de constituição do grupo de trabalho para alteração do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- Proposta de protocolo a ser celebrado entre a ANMP e as Entidades Representativas do Setor Social;
- Projeto de alteração ao Fundo de Reestruturação enviado pelo IGFSS e à Ficha técnica da linha Setor Social;
- Memorando de entendimento entre o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e o Setor Social e Solidário 2023-2024;
- Compromisso de Cooperação 2023-2024;
- Proposta de atualização do PRR;
- Diploma sobre os Exames Nacionais;
- Aviso Mobilidade Verde Social;

- Portaria que define os requisitos de licenciamento e funcionamento das ERPI;
- Portaria que regulamenta a nova resposta social de Habitação Colaborativa;
- Portaria que define os requisitos de licenciamento e funcionamento das creches;
- Portaria de Acolhimento Residencial;
- Lei sobre Saúde Mental e a operacionalização do seu processo;
- Projeto de Portaria que visa aprovar o regulamento específico da área temática Demografia, Qualificações e Inclusão para o período de programação 2021-2027;
- Projeto de aviso de abertura de candidaturas de Projetos de Inovação Social dedicados a promover Autonomia e independência dos Idosos e Envelhecimento Ativo e Saudável;
- Projeto de Portaria Descanso do Cuidador Informal;
- Portaria Apoio à Contratação de amas em Creche Escolar;
- Aviso Inovação Social Envelhecimento;
- Projeto de Portaria do programa de contratos locais de desenvolvimento social pelas autarquias locais (CLDS);
- Aviso PRR para as respostas sociais de creche e habitação colaborativa;
- Proposta de alteração à portaria da gratuidade das creches, no sentido de alargar a sua abrangência às creches do setor público, autarquias e instituições de ensino superior. Serão corrigidas pequenas situações na portaria que regulamenta as creches, designadamente a questão da direção técnica autónoma em creches com mais de 42 crianças (questão que havia ficado pendente), bem como a flexibilização da obrigatoriedade de berçário em determinadas situações;
- Projeto da portaria que estabelece o regime de organização, funcionamento e instalação das casas de acolhimento para crianças e jovens a quem sejam aplicadas as medidas de promoção e proteção de acolhimento residencial ou de confiança a instituição com vista a adoção;
- Proposta de normativo que estabelece as condições de criação, instalação, organização e funcionamento a que deve obedecer a resposta social MAVI.

1.1.1.5 Protocolo com ANMP sobre descentralização de competências na área social

A UMP foi uma das entidades representativas do setor social e solidário que celebrou um protocolo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) com vista ao aprofundamento da cooperação entre os Municípios e as instituições sociais no contexto da descentralização de competências na área social, que se efetivou a 3 de abril.

O protocolo considera o acompanhamento do processo da transferência do Estado para os Municípios das competências na área social, designadamente no domínio dos contratos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção e do Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social. Abrange, também, a cooperação nomeadamente na elaboração e atualização da Carta Social Municipal e do Plano de Desenvolvimento Social Municipal, bem como na conceção e execução dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social e na planificação e otimização da rede de educação pré-escolar.

O protocolo engloba, ainda, a promoção e articulação, numa lógica de complementaridade, dos serviços prestados pelos associados dos signatários, no âmbito do fornecimento de refeições e no desenvolvimento de atividades de tempos livres de crianças e jovens.

1.1.2 Comissão Permanente do Setor Social e Solidário (CPSSS)

Durante os dois mandatos de Ana Mendes Godinho, enquanto Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, este órgão foi o fórum de excelência de negociação e debate entre o governo e as entidades do setor social e solidário.

A regularidade de reuniões da CPSSS, presencialmente ou à distância, ora sob a presidência da Sra. Ministra, Ana Mendes Godinho, ora da Secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes, tem contribuído para construir uma relação de proximidade entre as partes, elevar o nível de articulação entre o Governo e o setor social, medidas que levam em consideração as especificidades das instituições e dos públicos-alvo e fazer uma monitorização da sua implementação no terreno.

Ao longo do ano, para além das negociações do memorando de entendimento e do Compromisso de Cooperação, trataram-se dossiês como a gratuidade das creches, os Avisos relativos do Plano de Recuperação e Resiliência, o programa PARES, linhas de financiamento e múltiplas medidas no âmbito do setor social.

1.1.3 Conselho Nacional para a Economia Social (CNES)

A UMP participou nos trabalhos deste órgão consultivo, que, em 2023, reuniu para analisar a proposta de atualização do Plano de Recuperação e Resiliência, que o Governo submeteu, com sucesso, à aprovação de Bruxelas. Uma atualização que reforçou a dotação de várias medidas, entre as quais a Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais.

A UMP submeteu uma candidatura ao programa capacitação institucional das organizações da economia social membros do CNES, que aguarda aprovação.

1.1.4 Comissão Nacional de Cooperação (CNC)

As reuniões da CNC assumiram um caráter mais regular ao longo de 2023, tendo-se debruçado, entre muitas outras matérias, sobre o Plano Nacional da Garantia para a Infância 2020-2030, crianças e jovens institucionalizados, alteração do Regulamento do Registo das Institucionais de Solidariedade Social do âmbito da Ação Social do Sistema de Segurança Social, regulamento interno e relatório de atividades da própria CNC.

A CNC é coordenada pela Direção-Geral da Segurança Social e emite pareceres e recomendações sobre questões no âmbito da cooperação, cria e organiza comissões distritais para avaliar a operacionalização dos instrumentos e legislação sobre cooperação.

1.1.5 Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência (CNAPRR)

A UMP participou nas várias reuniões da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR, que tem a incumbência de acompanhar a execução deste instrumento de financiamento à recuperação de Portugal, e nas respetivas Comissões especializadas do Território e Área Social.

Neste fórum, foi analisada e discutida a proposta de reprogramação do PRR, que, entre outras matérias, se traduziu no aumento das dotações para a construção e requalificação de equipamentos sociais de nova geração.

Esta Comissão Nacional emitiu parecer sobre o Relatório da Estrutura de Missão Recuperar Portugal 2022, aprovou o seu Plano de Atividades e concluiu o dossiê de alteração ao Regulamento Interno.

Nesta estrutura e nas respetivas comissões especializadas, a UMP tem apresentado múltiplos contributos no âmbito da preparação de Avisos de Candidaturas de medidas do PRR com impacto direto ou indireto nas mutualidades e posterior acompanhamento da sua execução.

1.1.6 Instituto da Segurança Social (ISS, I.P.)

O ISS tem sido um interlocutor de referência na operacionalização de importantes instrumentos de cooperação, como os casos do Memorando de Entendimento e o Compromisso de Cooperação para o Setor Social 2023-2024, celebrados no último quadrimestre do ano.

A implementação do Estatuto do Cuidador Informal, no âmbito da comissão de acompanhamento deste Estatuto, o IVA suportado pelas Associações Mutualistas na aquisição de bens e serviços e o esclarecimento sobre as comparticipações das respostas sociais previstas no Compromisso de Cooperação, foram algumas matérias que a UMP articulou com este organismo.

Foram, também, veiculadas junto das associações mutualistas várias informações e recomendações sobre procedimentos e medidas, como o PROCOOP, gratuidade das creches (alterações no registo de utentes na Segurança Social Direta e reforço da capacidade), prevenção de maus tratos a crianças e jovens, preenchimento de vagas de acolhimento em ERPI e Lar Residencial, Linha de Financiamento ao Setor Social.

A UMP participou, também, em vários *webinars* de esclarecimento promovidos pelo ISS, I.P. sobre programas e procedimentos de candidaturas, e em reuniões técnicas relacionadas com o desenvolvimento de respostas sociais.

1.1.7 Centro para a Economia e Inovação Social

A UMP, que integra o Conselho Consultivo do Centro Nacional de Competência para a Inovação Social, participou na sessão de lançamento do Centro para a Economia e Inovação Social (CEIS), na Guarda, onde ficará sediado.

O CEIS tem por atribuições promover a capacitação das entidades da economia social, através da realização de formação profissional e de reconhecimento, validação e certificação de competências, bem como de prestação de serviços e de apoio técnico a entidades no âmbito da economia social.

O plano de atividade e o plano de formação para 2024 foram analisados pelas entidades do setor social no quadro da CPES (Confederação Portuguesa da Economia Social), estimando-se que as primeiras ações tenham lugar no início de 2024.

1.1.8 Reuniões e Representações Institucionais Nacionais

A UMP participou em diversas reuniões tendentes a transmitir e solucionar problemas transversais às Associações Mutualistas, nomeadamente com:

• **Audiência com o Presidente da República**

Uma delegação da UMP, liderada pelo Presidente do Conselho de Administração, Luís Alberto Silva, foi recebida em audiência, no Palácio de Belém, por Marcelo Rebelo de Sousa, a quem foi solicitado que exercesse a sua magistratura de influência no sentido de ajudar a resolver vários constrangimentos sentidos pelo Movimento Mutualista, nomeadamente os relacionados com o Código das Associações Mutualistas, farmácias sociais, meios complementares de diagnóstico e terapêutica, entre outras.

A UMP convidou formalmente o Presidente da República a participar nas iniciativas “Berço do Mutualismo” e Dia Nacional do Mutualismo. Devido à sua agenda oficial, não lhe foi possível estar presente fisicamente, mas dirigiu uma mensagem escrita lida no evento Berço do Mutualismo e uma intervenção em vídeo projetada no Dia Nacional do Mutualismo.

- Primeiro-Ministro
- Ministério da Presidência
- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
- Ministério da Saúde
- Ministério da Educação
- Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Ministério da Coesão Territorial
- Ministério do Ambiente e Ação Climática
- Direção Geral da Segurança Social
- Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
- Instituto da Segurança Social
- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Camões – Instituto da Cooperação e da Língua
- Associação Nacional de Municípios Portugueses
- Câmara Municipal de Lisboa
- Câmara Municipal do Porto
- Câmara Municipal de Coimbra
- Câmara Municipal de Braga
- Câmara Municipal de Bragança
- Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros
- Câmara Municipal de Guimarães
- Câmara Municipal da Maia
- Câmara Municipal de Torres Novas
- Câmara Municipal de Faro
- Comissão Parlamentar do Trabalho, Segurança Social e Inclusão
- PSD (Conselho Estratégico Nacional para o Envelhecimento Ativo)



Audiência com o Presidente da República

1.1.9 Outras Participações e Representações Institucionais Nacionais

- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES)
- Comissão Nacional de Cooperação (CNC)
- Confederação Portuguesa da Economia Social (CPES)
- Comissão Especializada Permanente do Desenvolvimento Regional e Ordenamento do Território
- Instituto Nacional para a Reabilitação (INR, IP)
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens (CNPDPJ)
- Conselho Consultivo para o Centro de Competências para a Inovação Social em Portugal
- Conselho Nacional para a Saúde Mental
- Conselho Regional de Saúde Mental do Norte
- Conselho Regional de Saúde Mental do Centro
- Conselho Regional de Saúde Mental de Lisboa e Vale do Tejo
- Conselho Regional de Saúde Mental do Alentejo
- Conselho Regional de Saúde Mental do Algarve
- Comissões Distritais de Cooperação em 18 distritos
- Plataformas Supraconcelhias do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve
- Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem
- Conselho Consultivo da Fundação INATEL
- Fundo de Reestruturação do Setor Social
- Linha de Crédito I e II
- Comitês de Acompanhamento dos programas Operacionais Regionais (Norte2020, Norte2030) Centro2020, Centro2030, Lisboa2020, Lisboa2030, Alentejo2020, Alentejo2030, Algarve2020 e Algarve2030)
- Comité de Acompanhamento do Programa Temático Ação Climática e Sustentabilidade Sustentável 2030
- Comité de Acompanhamento do PO MAR 2020
- Júri do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio
- Projeto Y.ES – CASES
- Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Lisboa
- Grupo de Trabalho da Capacitação – CPES
- CAMECI - Comissão de Acompanhamento, Monitorização e Avaliação do Estatuto do Cuidador Informal
- Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem.

1.2 SAÚDE

1.2.1 Assistência Médica e Farmácias Sociais

O ano de 2023 correspondeu a avanços significativos no que respeita a vários dossiês da saúde. O Estado assumiu o compromisso de, em 2024, proceder à alteração da Lei das Farmácias de Oficina e celebrar novas convenções para a prescrição e realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica e protocolos com os hospitais e clínicas do setor social para a prestação de cuidados de saúde que permitam colmatar as carências do Serviço Nacional de Saúde nos territórios com cobertura insuficiente.

Três obrigações devidamente datadas no tempo, formalmente assumidas pelo Estado e inscritas no Compromisso de Cooperação para o Setor Social 2023-2024, de que a UMP é uma das subscritoras, e que são o corolário da persistência e resiliência de mais de uma década das mutualidades portuguesas junto de sucessivos governos.

A concretização destas medidas em 2024 debelará os sérios constrangimentos que têm impedido as mutualidades de exercer na plenitude um dos seus fins fundamentais e representará uma grande oportunidade de afirmação e desenvolvimento do movimento mutualista e de minimização das dificuldades dos portugueses no acesso aos cuidados de saúde e à assistência medicamentosa.

Ao longo de 2023, o Conselho de Administração reuniu com o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, Primeiro-Ministro, António Costa; CEO do Serviço Nacional de Saúde, Fernando Araújo, e Secretário de Estado Ajunto e da Saúde, Ricardo Mestre, e com outros organismos e personalidades da área da Saúde, para tratar destes dossiês, que abordou também em muitas das intervenções públicas. Com o objetivo de acompanhar o pensamento sobre as políticas públicas e as estratégias para o futuro da saúde, tem participado em fóruns de discussão e debate, como o Global Health Fórum, que decorreu em Cascais, e que juntou personalidades que são referências nacionais e internacionais na área da saúde.

Ainda na perspetiva de desenvolver uma análise prospetiva sobre o papel das mutualidades no futuro da prestação de cuidados de saúde, foi promovida uma conferência na Associação Familiar Vimaranesse, da qual resultou a constituição de um grupo de trabalho das Associações Mutualistas, que terá a responsabilidade de identificar desafios, planear estratégias e apresentar propostas.

A UMP tem concedido, também, apoio técnico e acompanhamento às Associações Mutualistas que recorreram judicialmente das decisões de indeferimento dos processos relativos à abertura de novas farmácias sociais proferidas pelo Infarmed.

1.2.2 Saúde Mental

A saúde mental é uma preocupação emergente da sociedade e das políticas públicas, ainda que neste aspeto haja muito caminho a percorrer. A UMP tem vindo a acompanhar de muito perto e ativamente os trabalhos e as reflexões do Conselho Nacional de Saúde Mental e dos Conselhos Regionais de Saúde Mental do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Algarve. Estes organismos emitem pareceres e apresentam propostas e recomendações a pedido do Ministro da Saúde ou por sua iniciativa, no âmbito dos princípios e objetivos em que deve assentar a política, os programas e os investimentos na área da saúde mental.

Em paralelo, o Conselho de Administração tem sensibilizado as filiadas da UMP no sentido de avaliarem o interesse em desenvolver projetos e equipamentos neste domínio e informado sobre os instrumentos financeiros de apoio disponíveis no âmbito do PRR.

Por outro lado, preocupada com a problemática, sobretudo nos jovens e adolescentes, está a desenhar projetos inovadores dirigidos a estes públicos, nomeadamente em contexto escolar, e a abordar potenciais parceiros para os implementar. Segundo a Organização Mundial de Saúde, metade das doenças mentais surgem aos 14 anos, mas a maioria dos casos não é diagnosticada nem tratada. É por isso importante promover a literacia em saúde mental e desenvolver competências socio-emocionais, através de intervenções inovadoras.



PROCESSOS DE APOIO À CONSTITUIÇÃO
DE NOVAS MUTUALIDADES



PARECERES E INFORMAÇÕES ÀS FILIADAS

II. ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO MUTUALISTA

2.1 ASSOCIATIVISMO

Aumentar o número de filiadas de forma a ganhar uma dimensão institucional ainda maior é um objetivo que a UMP tem vindo a prosseguir, registando com natural gáudio o regresso ao seu seio da Clínica São Cristóvão – Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio de Lisboa.

Depois de um aturado processo de mapeamento das associações mutualistas em atividade, ou com escassa atividade, está a ser prestado apoio técnico a várias organizações, no sentido de atualizarem os seus Estatutos e Regulamentos Benefícios e no acompanhamento dos respetivos registos na Direção Geral da Segurança Social. Prevê-se que, a curtíssimo prazo, se concluam dois destes dossiês, que corresponderão a duas novas adesões ao universo associativo da UMP.

Em paralelo, têm sido realizadas reuniões com autarquias, no sentido de sensibilizar as suas organizações de trabalhadores a converterem-se em mutualidades e dada sequência às solicitações de apoio técnico no processo de criação de novas associações mutualistas.

2.2 PROTOCOLOS DE PARCERIA

Um dos objetivos da UMP é criar valor para as suas associadas e é com essa finalidade que estabelece protocolos de parceria com entidades públicas e privadas, que revertem na concessão de vantagens e benefícios para as filiadas e os seus associados no acesso a bens e serviços. O ano de 2023 terminou com 32 protocolos em vigor, em áreas como a Saúde, Bem-estar, Combustíveis, Informática e Telecomunicações, Consultadoria, Hotelaria e Turismo, Ensino, Atuariado, fornecimento de bens para equipamentos sociais, entre outras.

2.3 ACONSELHAMENTO JURÍDICO E REVISÃO DE ESTATUTOS

A UMP, tal como nos anos precedentes, continuou a defender os interesses do Movimento Mutualista nos processos de criação e alteração legislativas emanadas pelos vários organismos públicos, governo e Assembleia da República, em matérias relacionadas com o setor social e solidário, em geral, e com as Mutualidades, em particular, emitindo pareceres e apresentando contributos para o efeito.

A UMP, através do seu gabinete jurídico, aumentou o número de respostas, com maior celeridade, a pedidos de esclarecimento, solicitações e pareceres jurídicos por parte das Associadas.

Com recurso a meios telemáticos, permitiu capacitar, aconselhar e esclarecer as Associadas sobre assuntos jurídicos, de uma forma imediata.

Acompanhou e analisou diariamente os diplomas legais publicados no Diário da República com interesse para o movimento mutualista.

Conferiu ainda maior celeridade à emissão de pareceres e contributos solicitados pelo Governo, mais especificamente pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Através do seu gabinete jurídico, a UMP fez-se representar em grupos de trabalho com a exigência técnica que se impõe, nomeadamente nos trabalhos de revisão do CAM do estatuto das IPSS e do CCT das Mutualidades.

O Gabinete Jurídico esteve ainda envolvido no apoio jurídico à UMP e às suas filiadas na adaptação dos seus Estatutos ao Código das Associações Mutualistas e respetivos contactos com a DGSS.

Acautelou os interesses da UMP no âmbito dos procedimentos de contratação pública.

Os dois outros juristas externos continuaram a acompanhar dossiês específicos de elevada complexidade técnica, como os relacionados com os processos administrativos e judiciais das Associações Mutualistas relativos às farmácias de oficina; matérias fiscais da Economia Social; negociação e processos de contencioso administrativo.

RESUMO DOS PROCESSOS / ATIVIDADES DO GABINETE JURÍDICO	
ATIVIDADES	N.º DE EVIDÊNCIAS
Emissão de pareceres/informações/comunicações a associadas a solicitação destas e reportadas pelo Conselho de Administração.	83
Análise e descrição sumária de diplomas legislativos no âmbito da Economia Social.	68
Dossiês internos (estudo, execução e acompanhamento): CAM, Alterações aos Estatutos da UMP e Associadas; Procedimentos de contratação Pública; Manuais; Regulamentos; CCT das Mutualidades.	85
Informações/comunicações/da UMP para o exterior - organismos públicos, entre outros.	17
Contributos para elaboração de documentos legais com o MTSSS, entre outros	5
Apoio jurídico/pareceres/informações escritas ao Centro Infantil Dr. Costa Leal (Lisboa)	19
Intervenção em Eventos em representação da UMP	13
Elaboração de protocolos com organismos públicos, entre outros	14
Apoio à constituição de novas Associações Mutualistas	8

2.4 IRCT

A UMP celebrou, em 23 de março, com a Federação Nacional de Educação (FNE) e outros sindicatos afetos à UGT, o acordo de revisão do Contrato Coletivo de Trabalho das Mutualidades, coroando o processo negocial encetado no final de 2022.

Este acordo foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego de 22 de abril de 2023, tendo a respetiva portaria de extensão sido publicada a 29 de outubro de 2023, fazendo abranger não apenas as filiadas da UMP mas todas as associações mutualistas portuguesas que prossigam as atividades reguladas pela convenção e os trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias nela previstos.

2.5 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

A UMP atualizou e melhorou as diferentes plataformas *web* de apoio ao associativismo mutualista, criadas para fomentar a digitalização de processos e a modernização administrativa, como a aplicação AMIGA, Mutual-Simplex, Base de Dados de Caracterização das Mutualidades. Deu, ainda, suporte técnico aos utilizadores dessas plataformas e ao desenvolvimento de websites. O Gabinete de Informática foi reforçado com um estágio profissional de Técnico de Informática, ao abrigo das medidas do IEFP.

2.5.1 Aplicação Amiga

A Aplicação Mutualista Integrada de Gestão de Associados (AMIGA), integralmente desenvolvida pela UMP, foi instalada e/ou está em pleno funcionamento, com enorme sucesso, em oito Associações Mutualistas.

Durante o ano, foram realizadas sessões de apresentação da aplicação a várias associações, algumas das quais já fizeram manifestação de interesse na utilização da aplicação, na qual foram incorporadas, ainda, novas funcionalidades para corresponder a necessidades específicas das aderentes e diversas atualizações.

Neste período, foram ainda ministradas ações de formação aos utilizadores das associações aderentes, dado suporte técnico e iniciado o planeamento das próximas etapas de desenvolvimento da AMIGA.

2.5.2 Simplex-Mutual

A plataforma Simplex-Mutual, criada pela UMP para desmaterializar a entrega e depósito de documentos oficiais e a inserção de dados, nomeadamente de natureza financeira, em formato digital, recebeu várias atualizações com o objetivo de a tornar mais intuitiva aos utilizadores.

O acesso a esta plataforma, que se continua a recomendar às associações filiadas, é efetuado através da área reservada do site mutualismo.pt.

2.5.3 Base de dados de caracterização das mutualidades

Entre 20 de setembro e 15 de dezembro, procedeu-se à atualização *online* da base de dados de caracterização das mutualidades filiadas na UMP. Foram introduzidas várias melhorias ao nível do formulário, da qualidade e quantidade da informação recolhida e registada na base de dados.

Esta base de dados congrega informação qualitativa e quantitativa, no que respeita à identificação da associação, constituição dos órgãos associativos, as modalidades de benefícios que concede e as respostas que desenvolve, entre outros.

Esta informação permite dispor a cada momento de informação atualizada sobre todas as associações mutualistas filiadas, suporte fundamental no âmbito da atividade de representação que a UMP desenvolve.

2.6 NOVAS MODALIDADES DE BENEFÍCIOS

Atendendo às profundas transformações económicas e sociais a que temos assistido, o movimento mutualista está confrontado com a necessidade de ajustar e aumentar a sua oferta de modalidades de previdência social, de forma a responder às novas necessidades dos diferentes públicos.

Nesse sentido, a UMP promoveu uma conferência sobre previdência social, no âmbito do Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas, que visou refletir sobre o tema, da qual resultou a criação de um grupo de trabalho que integra representantes das mutualidades, profissionais do atuariado, marketing e design. A sua missão é analisar o portefólio existente e propor novas modalidades de benefícios e respetivos planos de marketing a disponibilizar às associações.

2.7 EVENTOS E INICIATIVAS

Uma das formas de dar visibilidade e dinamismo ao mutualismo e simultaneamente contribuir para a capacitação das mutualidades é a realização de eventos e iniciativas. Em 2023, a UMP organizou 13 eventos e 7 iniciativas e prémios honoríficos, de elevada qualidade, com personalidades de relevo nacional e internacional, temáticas de interesse para o mutualismo e a economia social e com participação de mutualistas e outros públicos que suplantaram os números alcançados em anos anteriores.

2.7.1 Eventos

2.7.1.1 Webinars

A capacitação dos dirigentes e técnicos das Associações Mutualistas continua a ser um dos principais objetivos da UMP.

Neste sentido, durante o ano de 2023, foram realizados webinars nas áreas de projetos e candidaturas a financiamentos, comunicação, jurídica e financeira, promovendo a partilha de conhecimentos e experiências, bem como o esclarecimento de dúvidas.

2.7.1.2 Assembleias Gerais

No cumprimento dos seus Estatutos, durante o ano de 2023, a União das Mutualidades Portuguesas realizou duas Assembleias Gerais Ordinárias, onde se aprovaram o Relatório e Contas de 2022 e o Programa de Ação e Orçamento para 2024.

Foi, ainda, aprovada a adesão da UMP à Organização Internacional para a Economia Social (OIES) como membro fundador e uma alteração pontual dos Estatutos da UMP.

A 5 de maio de 2023, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária para eleição do Presidente do Conselho Fiscal da UMP, para o exercício do cargo até à conclusão do presente mandato.

2.7.1.3 V Reunião Anual de Presidentes Mutualistas

A V Reunião Anual de Presidentes Mutualistas, realizada a 04 de fevereiro de 2023, no Grande Hotel do Luso, na Mealhada, foi subordinada ao tema “As Organizações Mutualistas na Sociedade Portuguesa do Século XXI”.

Este evento constitui um momento de reflexão dos dirigentes mutualistas de todo o país sobre temáticas estruturantes e estratégicas para o mutualismo.

A Sessão de Abertura foi presidida pelo Secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, e contou com a participação de um representante da Câmara Municipal da Mealhada.

Esta cimeira teve como ponto alto a apresentação do estudo “As organizações mutualistas na sociedade portuguesa do século XXI”, desenvolvido pelas investigadoras da Universidade de Aveiro, Teresa Carvalho (coordenadora), Ana Rita Pereira, Bernardete Bittencourt e José Carlos Mota, para a União das Mutualidades Portuguesas.

Este estudo identifica as potencialidades de expansão e fragilidades do mutualismo em Portugal, antecipa os cenários futuros e produz orientações estratégicas para o crescimento e desenvolvimento do movimento mutualista.

Na agenda do evento destacou-se a conferência do Professor e Ex-Ministro da Saúde Adalberto Campos Fernandes, que abordou o papel que o setor social e, especialmente, as mutualidades podem desempenhar para suprir as lacunas do Serviço Nacional de Saúde no acesso dos portugueses aos cuidados de saúde. O evento contou com a presença de cerca de 70 participantes.

2.7.1.4 Dia Nacional do Mutualismo

O maior evento do Mutualismo português ocorreu a 12 de maio de 2023, no Hotel Solverde, em S. Félix da Marinha, Vila Nova de Gaia. Participaram no evento comemorativo do Dia Nacional do Mutualismo cerca de 150 pessoas e representantes de várias entidades, sendo de realçar o envolvimento das crianças e dos idosos das respostas sociais das mutualidades, que se traduziu numa exposição de trabalhos e na conceção das flores de papel coloridas oferecidas como lembrança aos participantes e presentes na decoração do espaço.

O Secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, interveio na sessão de abertura, onde destacou a longa história do mutualismo e a sua importância na Economia Social.

A conferência denominada “O mutualismo numa nova ordem mundial” foi moderada por Manuela Aguiar, ex-Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas, e teve como intervenientes o Comissário Europeu do Emprego e Direitos Sociais, Nicolas Schmit, que participou em formato de videoconferência a partir do Luxemburgo, dos eurodeputados Pedro Marques (PS) e José Manuel Fernandes (PSD) e do representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Pedro Ferreira (Presidente da Câmara Municipal de Torres Novas).

Este dia foi ainda marcado pela participação de Sua Excelência o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, que, através de uma mensagem em vídeo gravada para o efeito, reforçou a importância que o mutualismo teve e continua a ter na sociedade portuguesa.

O jurista e político Guilherme Oliveira Martins e o Assessor da UMP, Luís Miranda, abordaram o Código das Associações Mutualistas e os desafios que se colocam ao mutualismo, não só como resposta complementar à segurança social pública como na saúde e na assistência social. A Sessão de Encerramento foi presidida pela Secretária de Estado da Habitação, Fernanda Rodrigues.

2.7.1.5 Conferência temática sobre Saúde

No dia 29 de julho de 2023, a UMP deu início a um ciclo de conferências com a sessão inaugural dedicada ao tema “O Papel das Mutualidades na Saúde”.

O evento ocorreu na sede da Associação Familiar Vimaranesse, em Guimarães, e contou com a participação de importantes figuras do setor para um debate construtivo que apontou o caminho para uma colaboração mais estreita entre o movimento mutualista e o Serviço Nacional de Saúde.

O debate foi enriquecido com contribuições de Francisco Ramos, ex-secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Augusto Vieira, assessor da UMP, Aurora Cunha, Diretora Clínica da Familiar Vimaranesse, e Joana Sá Ferreira, na qualidade de moderadora e representante da UMP no Conselho Nacional de Saúde Mental.

A sessão encerrou com a nomeação de um grupo de trabalho destinado a criar soluções práticas que possam garantir aos portugueses o direito fundamental à saúde. O objetivo do grupo é desenvolver um plano de ação focado na integração efetiva do mutualismo na saúde em Portugal.

A conferência contou com a presença de cerca de 50 participantes.

2.7.1.6 XII Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas

A reflexão sobre as modalidades de previdência social, proporcionadas pelas mutualidades, a oferta atual e futura e a sua comunicação junto de novos públicos foram o mote do XII Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas, realizado no dia 25 de outubro de 2023, em parceria com a Previdência Portuguesa, na Casa da Mutualidade, em Coimbra.

Na Sessão de Abertura participou, por videoconferência, o Secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, e, no Encerramento, o evento contou com a presença do novo Diretor Geral da Direção Geral da Segurança Social, António Santos Luiz.

Um dos momentos principais do encontro, onde participaram cerca de 70 dirigentes mutualistas, foi a conferência “As mutualidades na previdência social do futuro”, moderada pelo coordenador de projetos da UMP, Edgar Diogo, e na qual intervieram Inês Veiga Pereira, docente de Marketing e Gestão de Marca do Instituto Politécnico do Porto (ISCAP), Vânia Silva, profissional de design de comunicação, António Martins de Oliveira, Presidente d'A Previdência Portuguesa, e Pedro Barbosa, atuário.

A temática inspirou a criação de um grupo de trabalho, constituído por associações mutualistas, docente do Ensino Superior na área do Marketing e Gestão da Marca, e por profissionais de atuariado e design de comunicação, que tem como principal objetivo a preparação de um conjunto de propostas de modalidades de previdência social e poupança e respetivos planos de marketing.

2.7.1.7 Sessão Evocativa d'O Berço do Mutualismo

A Secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes, presidiu à sessão evocativa do Berço do Mutualismo, que decorreu a 4 de março de 2023, em Torres Novas, e realçou a importância do papel do movimento mutualista na sociedade ao longo da história.

O evento, realizado em parceria com a Câmara Municipal de Torres Novas, incluiu uma conferência

sobre as origens do mutualismo em Portugal, proferida por Joana Dias Pereira, investigadora da Universidade Nova de Lisboa, que associou as primeiras manifestações organizadas de solidariedade recíproca na Confraria de Fungalvaz, constituída em 1176, em pleno reinado de Afonso Henriques, ao concelho de Torres Novas.

Um dos momentos altos desta Sessão Evocativa foi a leitura de uma mensagem escrita, dirigida pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, aos participantes, onde salientou os desafios económicos e sociais que obrigam as mutualidades a pensar o futuro.

O evento contou ainda com momentos musicais assegurados pelo Choral Phydellius, tendo culminado com uma visita à povoação de Fungalvaz.

2.7.2 Iniciativas e Prémios Honoríficos

2.7.2.1 Chama Mutualista

Durante o ano de 2023, a Chama Mutualista continuou a percorrer as associações mutualistas filiadas, afirmando simbolicamente a força, a vitalidade e os laços que ligam os seus dirigentes e colaboradores, associando-se a iniciativas solidárias, eventos da UMP e aniversários das instituições.

2.7.2.2 Prémio Inovar Para Melhorar (PIPM)

Esta iniciativa tem o objetivo de fomentar e premiar a inovação e a disseminação de boas práticas no seio do movimento mutualista. À edição de 2023 candidataram-se cinco projetos avaliados por um júri independente, que deliberou atribuir o prémio *ex aequo* a:

- “+Tempo”, da Mutualista Covilhanense;
- “Serviço de Atendimento e Equipa de Apoio Domiciliário de Saúde Mental”, da ANSE Sandim;
- “Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social na Murtosa”, d’A Mutualidade de Santa Maria.

Eram, também, candidatos ao Prémio os projetos “Gabinete de Apoio Social”, d’A Familiar Vimaranense, e “125 anos: O (Re)Nascer da AMMM – Nova Imagem e Identidade Visual”, da Associação Mutualista de Moreira da Maia.

O Presidente da CASES, Eduardo Graça, o Presidente da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social, Filipe Almeida, e o Inspetor Geral da ASAE, Pedro Portugal Gaspar, constituíram o júri que avaliou as cinco candidaturas submetidas a concurso.

2.7.2.3 Prémio Trabalhador do Ano

Alda Fonseca, que exerce funções na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas do Legado do Caixeiro Alentejano, Évora, foi a vencedora do Prémio Trabalhador do Ano 2023.

De entre as cinco candidatas indicadas pelas associações mutualistas, foi a que obteve mais votos na votação que decorreu no site mutualismo.pt, seguindo-se-lhe Carla Alves (A Familiar de Espinho), Carla Soares (A Familiar Vimaranense), Telma Dinis (Associação de Socorros Mútuos Benaventense) e Susana Gouveia (Associação de Socorros Mútuos Primeiro de Dezembro, Almada).

2.7.2.4 Prémio Mutualismo e Solidariedade

Com o Prémio Mutualismo e Solidariedade 2023, foi distinguido António Sousa, Presidente da Associação de Socorros Mútuos Restauradora de Avintes, pelo percurso cívico dedicado ao associativismo social, desportivo e educativo, destacando a sua “capacidade empreendedora que colocou ao serviço do mutualismo e permitiu revitalizar e abrir novos horizontes à Restauradora de Avintes e manter uma participação empenhada e ativa no movimento mutualista”.

2.7.2.5 Prémio Cidadania e Solidariedade

Marcelo Rebelo de Sousa, que dirigiu uma mensagem em vídeo aos participantes do Dia Nacional do Mutualismo, na qual sublinhou a importância do papel do movimento mutualista na sociedade portuguesa, foi distinguido com o Prémio Cidadania e Solidariedade 2023 pelo seu percurso cívico pautado pelas preocupações reveladas com as causas dos mais frágeis e vulneráveis e pela expressão pública que lhes deu e tem dado enquanto responsável partidário, comentador e Presidente da República, para além do reconhecimento público da importância da ação do setor social.

2.7.2.6 Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional

O Comissário Europeu do Emprego e Direitos Sociais, Nicolas Schmit, que participou no Dia Nacional do Mutualismo, a partir do Luxemburgo, foi distinguido com o Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional pela importância que atribui ao reconhecimento e enquadramento jurídico e político do setor da economia social no espaço europeu e à valorização do seu potencial na prossecução dos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

2.7.2.7 Criação do Prémio Costa Goodolphim

A UMP promoveu o lançamento do Prémio Costa Goodolphim no evento comemorativo do Dia Nacional do Mutualismo, em Vila Nova de Gaia, que visa premiar anualmente uma Dissertação de Mestrado ou Tese de Doutoramento na área do Mutualismo e da Economia Social.

O Prémio consiste na edição e publicação em livro da dissertação de mestrado ou tese de doutoramento que vier a ser selecionada pelo júri de entre os trabalhos submetidos a concurso.

O júri é formado pelo Presidente da UMP, Luís Alberto Silva; Deolinda Meira, investigadora e coordenadora de mestrado no ISCAP; José Alberto Pitacas, investigador na área do mutualismo; e Joana Dias Pereira, investigadora da Universidade Nova de Lisboa.



Assembleia Geral da UMP



Reunião Anual de Presidentes Mutualistas



Berço do Mutualismo



Dia Nacional do Mutualismo



Conferência: O Papel das Mutualidades na Saúde



Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas

31

TRABALHADORES

15

EVENTOS ORGANIZADOS

III. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UMP

3.1 PROJETO DE CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

Consciente da importância estratégica para o desenvolvimento da UMP e do Mutualismo dos projetos de capacitação institucional dos parceiros membros do CNES – Conselho Nacional para a Economia Social, foi preparada e apresentada nova candidatura, no âmbito do aviso PESSOAS-2023-9.

A este novo projeto foi atribuído o nome “Mutualismo em Movimento”, e representa um compromisso sólido com a preservação dos valores e princípios que sustentam o Mutualismo Português, almejando o seu fortalecimento a nível nacional e europeu. Através da UMP e da sua participação ativa no CNES, este projeto posiciona-se como uma iniciativa visionária, destinada a assegurar um legado duradouro e próspero para o mutualismo, contribuindo para um futuro mais inclusivo, colaborativo e solidário.

Os projetos e o trabalho realizados pela UMP até agora para a sua capacitação, tanto interna quanto externamente, aumentaram a sua capacidade de ação e resposta. No entanto, tornaram-se mais exigentes consigo mesmos em relação ao desempenho. Portanto, o projeto de capacitação que agora foi apresentado reforça a manutenção e consolidação das competências e mecanismos já adquiridos ou valorizados, o reforço ou desenvolvimento de competências e mecanismos ainda pouco explorados ou considerados secundários e o aprimoramento dos mecanismos e procedimentos de capacitação, sustentabilidade e transição digital.

Este novo projeto tem como objetivo principal ampliar o impacto institucional dos projetos anteriores, com um foco especial na base da doutrina mutualista, promovendo o trabalho em rede, divulgando e analisando estudos e boas práticas. Além disso, procura ainda promover abordagens sociais inovadoras e o desenvolvimento de estratégias de empreendedorismo, inovação social, criação de impacto e inclusão social, potenciando as boas práticas ao nível nacional e europeu.

Com a duração de 24 meses, prevê-se que a sua execução, em caso de aprovação, decorra de 01 de março de 2024 a 28 de fevereiro de 2026.

3.2 GABINETE DE PROJETOS E INOVAÇÃO SOCIAL

Este gabinete foi reativado no decurso do primeiro trimestre de 2023, através da contratação de um recurso humano habilitado. Neste período, foram submetidas nove candidaturas a diferentes programas de financiamento, uma das quais obteve aprovação e outras aguardam decisão das entidades promotoras.

No âmbito do programa Erasmus +, a UMP participou num intercâmbio de staff com a Cooperativa Liberittuti, de Turim, Itália, através do qual recebeu em Portugal duas técnicas da cooperativa italiana e dois técnicos visitaram a Liberittuti, em Turim.

3.3 CENTRO INFANTIL DR. ANTÓNIO DA COSTA LEAL

A União das Mutualidades Portuguesas manteve a gestão do Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIDACL), Creche implantada na freguesia de Santa Clara do concelho de Lisboa.

O CIDACL contou com um aumento na sua capacidade, tendo sido autorizada pela tutela, no ano letivo 2023/2024, a admissão de mais 4 crianças. Atualmente, este equipamento social acolhe 86 crianças, 2 delas com Necessidades Educativas Especiais, estando as suas 88 vagas ocupadas na totalidade.

Destaca-se, durante o ano de 2023, o aumento de crianças abrangidas pela gratuidade (75 em 86), resultado do enquadramento legal em vigor no que diz respeito ao alargamento progressivo da medida da gratuidade das creches.

Os elevados níveis de procura e a lista de espera existente para admissão no CIDACL revelam a qualidade deste serviço, sublinhada recorrentemente pelas famílias e restante comunidade educativa.

No ano de 2023, o CIDACL foi também contemplado com o Prémio BPI “La Caixa”, o que muito nos honrou. Com o apoio ao projeto apresentado - Desenvolvimento e Motricidade em Santa Clara - será possível requalificar e equipar o recreio da instituição, o que certamente fará a diferença nas brincadeiras e aprendizagens ao ar livre das nossas crianças.

De ressaltar ainda, no ano de 2023, a atribuição ao CIDACL do “Selo Protetor”. Esta distinção foi concedida pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, no âmbito da promoção e proteção dos Direitos da Criança. Deste modo, foi reconhecida a preocupação e atuação do CIDACL no que diz respeito à adoção de medidas para a prevenção dos maus-tratos nas crianças e na implementação de metodologias pró-ativas de promoção dos seus direitos.

Ademais, o CIDACL manteve as suas dinâmicas e atividades pedagógicas, procurando sempre proporcionar às crianças explorações diversificadas e oportunidades de aprendizagens, essenciais ao seu pleno crescimento e desenvolvimento. Por outro lado, as famílias das crianças são também permanentemente envolvidas nas atividades desta Creche, no processo educativo dos seus educandos e em ações de capacitação parental promovidas regularmente pelo CIDACL. Para a concretização e implementação de algumas destas atividades, bem como apoio para a intervenção em algumas áreas específicas, o apoio das entidades parceiras do CIDACL foi essencial.

A ação diária do CIDACL concretiza a missão de responsabilidade e de dever social da própria União das Mutualidades Portuguesas, particularmente devido ao facto deste equipamento social estar inserido num território com significativas vulnerabilidades socioeconómicas. Desta forma, o trabalho desenvolvido junto desta comunidade educativa está alinhado com os princípios e valores mutualistas da inclusão, igualdade, proteção e solidariedade.

3.4 NOVA SEDE SOCIAL

Desde a aquisição do imóvel, onde se pretende erguer a sede da UMP, têm vindo a ser desenvolvidas múltiplas diligências com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro, Ministério da Coesão Territorial, Secretaria de Estado da Segurança Social e outras entidades, no sentido de recolher informações sobre medidas públicas de apoio que possam complementar e potenciar o edifício. Prevê-se que em 2024 se possam dar passos com vista ao início da instrução do processo tendente à elaboração de projetos.

3.5 PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

O plano estratégico delineado para o período de 2022 a 2025 é abrangente e alinhado com objetivos de curto, médio e longo prazo. A implementação e desenvolvimento do plano durante o ano de 2023 foram cruciais para a prossecução dos objetivos gerais da UMP, tendo sido consideradas várias especificidades: aumento da sensibilização para a mudança, aumento da eficácia e eficiência da rede

mutualista, aumento do bem-estar e qualidade de vida, capacitação das filiadas, abrangência da rede mutualista, melhoria da comunicação e da notoriedade e estruturação de uma rede de saúde mutualista. Ao longo de 2023, procurou-se monitorar e avaliar regularmente o progresso em relação aos objetivos estratégicos, o que se revelou fundamental para a adaptação contínua às mudanças nas condições internas e externas. A flexibilidade para ajustar as estratégias conforme o necessário tem sido vital para o sucesso do plano estratégico da UMP.

3.6 GABINETE DE FORMAÇÃO

No âmbito da atividade do Gabinete de Formação, a UMP tem participado ativamente nas reuniões promovidas pelo CEIS – Centro para a Economia e Inovação Social. Este novo organismo, o CEIS, visa a capacitação das entidades da economia social, promover a realização de formação profissional e de reconhecimento, validação e certificação de competências, e a prestação de serviços e apoio técnico a entidades no âmbito da economia social.

Já durante o próximo ano serão desenvolvidas ações de formação, desenhadas à medida das entidades da economia social e em particular das mutualidades, que se destinam a colmatar as obrigações e as necessidades sentidas nesta área.



Entrega do Selo Protetor ao CIDACL



Entrega do Prémio BPI la Caixa "Infância"

66

VÍDEOS PRODUZIDOS

+ *de*

95.000

VISITAS AOS SITES UMP

IV. COMUNICAÇÃO E IMAGEM

4. COMUNICAÇÃO E IMAGEM

A UMP atribui importância estratégica à comunicação, como fator fundamental na afirmação do mutualismo no quadro da economia social e da sociedade.

No decorrer do ano de 2023, trabalhou-se na projeção e divulgação das atividades da UMP e do movimento mutualista, assim como na construção da identidade e comunicação da organização, que representa um importante setor da economia social e proporciona respostas fundamentais aos portugueses nestes tempos de instabilidade e incerteza.

O Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI) da UMP, para além do apoio prestado ao Conselho de Administração na preparação de documentos, e em articulação com os demais gabinetes, participou na edição de publicações impressas de referência, como a revista MUT e a brochura institucional “As Mutualidades Portuguesas”, na gestão eficiente das redes sociais, produção de conteúdos audiovisuais e expansão da presença digital e na comunicação social da UMP.

4.1 Publicações Impressas

4.1.1 Anuário “Mutualidades Portuguesas”

A edição de janeiro de 2024 do anuário Mutualidades Portuguesas, totalmente preparada no final de 2023, reúne um vasto conjunto de conteúdos e dados estatísticos sobre o mutualismo em Portugal e sistematiza informações relevantes sobre cada uma das Associações filiadas na UMP.

4.1.2 Revista MUT

A UMP preparou os conteúdos textuais e de design da edição n.º 15 da revista anual MUT, que apresenta como principal destaque uma entrevista de fundo com o Comissário Europeu do Emprego e dos Direitos Sociais, Nicolas Schmit, e um leque de colonistas de grande relevância, entre outros, a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e a Presidente do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Luísa Salgueiro.

4.2 Imprensa

A UMP continuou a desenvolver esforços no sentido de aumentar a sua presença e visibilidade na imprensa. Enviou notas de imprensa (15 em 2023) com informações referentes a eventos, acordos celebrados com o Governo, tomadas de posição, revisão do Contrato Coletivo de Trabalho com os sindicatos da UGT, e propostas de trabalhos jornalísticos e reportagens, algumas bem-sucedidas, como a que divulgou o estudo “As organizações mutualistas na sociedade portuguesa do século XXI”.

Em 2023, a UMP aumentou a sua exposição na imprensa e televisão, também pela relevância do seu papel em representação do movimento mutualista na preparação e implementação de medidas públicas direcionadas para o setor social.

Fruto dessa maior exposição e maior proximidade com a imprensa, a UMP foi contactada regularmente pela comunicação social para auscultar a sua posição sobre os temas do setor social, como a gratuidade das creches, memorando de entendimento celebrado com o governo, entre outros.

4.3 Comunicação digital

4.3.1 Mutual XXI

A UMP assegurou, com recursos próprios, 10 novos episódios da série Mutual XXI, que divulga, mensalmente, em género de reportagem audiovisual, uma associação mutualista, as suas atividades e serviços, envolvimento com a comunidade, através de imagens e testemunhos de dirigentes, colaboradores, associados e utentes.

Em 2023 foram produzidos e divulgados através das redes sociais, site, newsletter e E-mail Marketing episódios referentes às seguintes mutualidades: Associação Familiar Vimaranesse, Restauradora de Ramalde, ASM Bracarense, A Familiar de Espinho, 12 meses 12 associações, Liga do Porto, AM Auto-Sueco, ASM Serzedo, Clínica São Cristóvão-ASMECL e A Familiar de Grijó.

4.3.2 Outras produções e reportagens em vídeo

A UMP prosseguiu a aposta na produção de conteúdos em vídeo como forma de potenciar a sua presença nas redes sociais e os seus eventos.

Em 2023, com recursos próprios, foram produzidos 66 vídeos, com reportagens de eventos organizados ou em que participou a UMP, entrevistas, biografias das personalidades distinguidas com prémios honoríficos, promocionais das candidaturas ao Prémio Inovar Para Melhorar e Prémio Trabalhador do Ano, Chama Mutualista, Mensagens do Conselho de Administração, temáticas mensais em destaque, entre outros.

4.3.3 Correio Mutualista

Durante o ano de 2023, foram preparadas e enviadas 45 edições da newsletter, que contemplam informação-síntese sobre a atividade da UMP, das suas associadas e da economia social, novidades legislativas, informações sobre candidaturas a financiamentos e prémios e de natureza técnica, agenda de eventos, revista da imprensa e aniversários das filiadas. A newsletter é enviada a cerca de 3.250 subscritores.

4.3.4 Sites

A UMP assegurou a gestão e atualização do portal mutualismo.pt, tendo introduzido 369 novos conteúdos e registado mais de 60 mil visitas e 15.630 utilizadores. Procedeu à criação, renovação e atualização dos websites dos demais eventos e iniciativas organizadas pela UMP.

Foram criados de raiz os websites do ciclo de conferências temáticas do mutualismo [conferencias.mutualismo.pt; 3.756 visitas] e do Prémio Costa Goodolphim [goodolphim.mutualismo.pt; 2.044 visitas] e concluiu-se o processo de renovação dos websites da Reunião Anual de Presidentes Mutualistas [rapm.mutualismo.pt, 8.517 visitas], Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas [endm.mutualismo.pt, 4.262 visitas] e Prémio Inovar Para Melhorar [pipm.mutualismo.pt, 5.305 visitas].

O website de promoção do Dia Nacional do Mutualismo [dnm.mutualismo.pt, 12.949 visitas], que tinha sido renovado no ano anterior, foi atualizado com os conteúdos referentes à edição de 2023 do evento.

4.3.5 Redes Sociais

A UMP continuou a assegurar a gestão das redes sociais Facebook, Instagram, LinkedIn, Youtube e criou o seu canal no TikTok no mês de dezembro, onde privilegia a divulgação de atividades e eventos da UMP e das suas filiais, efemérides e informações sobre as áreas de intervenção das mutualidades, e mutualismo. No último trimestre do ano, desenvolveram-se conteúdos relevantes de interesse geral, baseados em temas relacionados com a poupança, alimentação saudável, prevenção de diabetes, os laços entre os jovens e o mutualismo, e a solidariedade, que contribuíram para alcançar novos públicos.

Foram efetuadas 393 publicações na página de Facebook (mais 341 novos seguidores do que em 31 de dezembro de 2022 e as visitas à página aumentaram 132,3% face ao ano anterior), 310 no Instagram (onde o alcance aumentou 158,9%), 187 no LinkedIn e 66 no canal de Youtube Mutualidades Portuguesas.

4.3.6 Trabalhos Criativos e Merchandise

Durante o ano de 2023, a UMP produziu trabalhos criativos e de *design* para divulgação e promoção dos seus eventos e iniciativas (convites, brochuras digitais, diplomas e certificados, banners para redes sociais, postais comemorativos, imagens institucionais e apresentações, entre outros materiais) e publicações impressas (revista MUT e anuário Mutualidades Portuguesas). Desenvolveu e acompanhou a produção da linha de merchandise (notebooks, pastas, esferográficas, blocos de bolso e sacos).

4.3.7 Comunicação Interna

A UMP utiliza vários canais para fazer chegar especificamente às suas Associadas informações de natureza técnica, legislativa, de eventos, atividades e recomendações, utilizando vários canais. Através de ferramentas de Email Marketing, foram enviados 84 avisos e comunicações e 45 newsletters. De modo mais personalizado, foram enviadas via Whatsapp 32 mensagens em diferentes dias.



A large, stylized orange number 4, which is part of a larger graphic element on the left side of the page.

REPRESENTAÇÕES EM ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

A large, stylized orange number 3, which is part of a larger graphic element on the left side of the page.

ENTIDADES DO SETOR SOCIAL CRIARAM
A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DA ECONOMIA SOCIAL

V. INTERNACIONALIZAÇÃO

5.1 UMM – União Mundial das Mutualidades

Enquanto Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comité Intercontinental da UMM, em representação do Continente Europeu, a UMP participou em diferentes ações levadas a cabo pela UMM, no decorrer do ano de 2023.

Na Conferência Internacional sobre A Mutualidade como Ator Chave da Proteção Social e da Economia Social e Solidária, realizada em El Aaiun, Marrocos, intervieram o Presidente Andrés Román e os Vice-Presidentes Moulay El Atmani e Luís Alberto Silva, enfatizando a importância do mutualismo internacional, não apenas na proteção social, mas também nos cuidados de saúde, consolidando o seu papel vital na economia social e solidária.

Como parte do encerramento da conferência, foram exibidos vídeos destacando o trabalho das associações mutualistas em África, América do Sul e Europa, além de um resumo das atividades da UMM no último ano.

Na 5.ª Assembleia Geral, foram discutidos e aprovados o Relatório e Contas, Memória Descritiva, com Parecer do Conselho Fiscal, uma proposta de alteração aos estatutos e o Plano Estratégico da UMM, destacando a interligação das Mutualidades, a representação mundial do Mutualismo, a adesão de mais associações mutualistas à UMM e impulsionando o Mutualismo globalmente.

Por proposta do Presidente da UMP, Luís Alberto Silva, a próxima Assembleia Geral será realizada em Portugal.

Num outro momento, reuniu-se o Comité Intercontinental para fazer o rescaldo da 5.ª Assembleia Geral, proceder à revisão da constituição do Comité Executivo, abordar o plano de atividades para o período 2023-2026, a criação de um grupo de trabalho para a revisão global dos estatutos, a adesão à ONU e outros assuntos relevantes.

Esta missão em Marrocos incluiu visitas às delegações da MGPAP, na zona de El Aaiun, com foco nas áreas de saúde e educação, e de Rabat, centrada em atividades na área da saúde, e partilha de ideias sobre gestão de serviços.

Estas atividades durante o ano de 2023 refletem o compromisso contínuo da UMP e da UMM em promover o mutualismo a nível global, impulsionando a solidariedade e contribuindo para o desenvolvimento sustentável. A organização está alinhada com o Plano Estratégico, procurando fortalecer as relações internacionais e aperfeiçoar as suas práticas para atingir os objetivos definidos.

5.2 OIES – Criação e adesão à Organização Internacional da Economia Social

No dia 04 de setembro, foi celebrada a escritura de criação da OIES - Organização Internacional da Economia Social / ISEO - International Social Economy Organisation, com sede em Bruxelas, tendo a UMP assumido a Presidência do Conselho de Administração desta nova organização, cujos estatutos já se encontram registados e publicados de acordo com a Lei Belga.

Esta organização tem como objetivo poder integrar instituições nacionais e internacionais da economia social, representar o setor perante governos e organizações internacionais, formar e educar líderes para o desenvolvimento de uma economia global, moderna e eficiente e organizar e gerir equipamentos e serviços de apoio social e outras atividades que visem, nomeadamente, a promoção dos direitos sociais dos cidadãos, da qualidade de vida ou da cidadania.

5.3 CESE – Conselho Económico e Social Europeu

No contexto da sua representação neste órgão consultivo da União Europeia, a UMP integra o Grupo das Organizações da Sociedade Civil (Grupo III). Este grupo congrega diversos intervenientes representativos da sociedade civil, com especial enfoque nos domínios socioeconómico, cívico, profissional e cultural. O principal objetivo do Grupo das Organizações da Sociedade Civil é o de promover a concretização de uma verdadeira democracia económica, social e participativa europeia.

A UMP desempenha um papel ativo e colabora nos trabalhos de distintos grupos e secções do CESE, nomeadamente, na categoria da Economia Social, onde estão representadas as mutualidades, cooperativas, associações, fundações e ONG de ação social.

Na Secção INT - Secção Especializada do Mercado Único, Produção e Consumo, abordam-se políticas relacionadas com a indústria, concorrência, serviços, pequenas e médias empresas (PME) e empresas da economia social. Além disso, focam-se em debater e adotar pareceres sobre investigação, inovação, defesa dos consumidores, tendências económicas emergentes (como a economia colaborativa) e políticas do mercado único em geral.

Já a Secção SOC - Secção Especializada de Emprego, Assuntos Sociais e Cidadania é responsável pela preparação dos trabalhos do CESE em domínios que incluem emprego, condições de trabalho, educação, formação, migração, asilo, direitos fundamentais, direitos dos cidadãos, políticas sociais, pobreza, igualdade de género, inclusão dos ciganos, saúde, justiça e assuntos internos (incluindo imigração).

Esta participação ativa permite à UMP contribuir para a discussão e elaboração de pareceres sobre temas cruciais, alinhados com os valores e interesses das mutualidades, cooperativas e organizações sociais. A presença nos diversos grupos e secções fortalece a voz da UMP e das Mutualidades no CESE e reforça o seu compromisso com uma Europa mais justa, participativa e solidária.

Durante o ano de 2023, fez ainda parte da delegação do CESE na Conferência Europeia sobre a economia social, promovida no âmbito da Presidência Espanhola do Conselho Europeu.

De forma a cumprir o seu dever para com esta instituição Europeia, de forma presencial ou à distância, no ano de 2023, a UMP esteve representada em 23 reuniões de trabalhos/iniciativas promovidas pelo CESE.

5.4 Cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

O processo de cooperação com a CPLP manteve-se ao nível da participação da UMP enquanto Observadora Consultiva. A mudança de governo em São Tomé e Príncipe refreou o dinamismo e os avanços registados anteriormente no domínio das relações de cooperação, nomeadamente ao nível das políticas públicas e das organizações do setor social e solidário, que tinham sido objeto de protocolo.

Relativamente à cooperação com Angola, foram aprofundados os contactos com as associações mutualistas angolanas, tendo em vista a realização de iniciativas conjuntas no âmbito da organização e capacitação do movimento mutualista local. Com esse objetivo, começou a preparar-se uma candidatura a financiamento do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

Foi ainda realizada uma reunião com a Federação Mutualista Brasileira FAN (Força Associativa Nacional), que representa um vasto número de Associações Mutualistas do Brasil para partilha de conhecimentos e boas práticas tendo em consideração o desenvolvimento do Mutualismo neste país.

5.5 Fórum Social do Porto

O Presidente do Conselho de Administração, Luís Alberto Silva, participou no Fórum Social do Porto, que assinalou a realização da Cimeira Europeia do Porto, um ano antes, na qual foi aprovada a agenda do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

À margem desta iniciativa do Governo, em parceria com a União Europeia, o Presidente da UMP encontrou-se com o Comissário Europeu do Emprego e Direitos Sociais, Nicolas Schmit, para proceder à entrega do Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional, que lhe fora atribuído no Dia Nacional do Mutualismo e abordar alguns dossiês do mutualismo e da economia social, no quadro do Plano de Ação Europeu para a Economia Social e do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

5.6 Audiência com Comissário da União Europeia do Emprego e Direitos Sociais

A União das Mutualidades Portuguesas foi recebida em audiência pelo Comissário Europeu do Emprego e Direitos Sociais, Nicolas Schmit, em Bruxelas, na qual se abordaram matérias como a criação da Organização Internacional da Economia Social (OIES) e o seu papel no quadro do Plano de Ação Europeu para a Economia Social e da agenda do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Desta audiência resultou o compromisso de ambas as partes de cooperar para a organização de uma conferência internacional para aprofundar e debater questões relacionadas como a Economia Social e o Mutualismo e explorar sinergias na procura de soluções inovadoras para os desafios sociais e económicos que a União Europeia enfrenta.

5.7 Encontro com Papa Francisco

No âmbito da visita apostólica do Papa Francisco, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude Lisboa 2023, a UMP participou no encontro de Sua Santidade com altas entidades representantes do corpo diplomático e da sociedade civil, que se realizou a 2 de agosto de 2023, no Centro Cultural de Belém.

5.8 ERASMUS + “BEYOND NEET: Promoção da Inclusão Social de Jovens através do Voluntariado”

O projeto Beyond Neet foi promovido pela UMP em Portugal, em parceria com a Irish Rural Link na Irlanda. Concebido com o objetivo de abordar os desafios enfrentados pelos jovens NEET em Portugal e na Irlanda, promovendo a inclusão social e a empregabilidade através do voluntariado, teve início em setembro de 2022 e teve uma duração total de 12 meses, terminando em setembro de 2023. Durante este período, foram implementadas diferentes ações para capacitar os Jovens Neet e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) na área do voluntariado inclusivo, visando aumentar a participação cívica e proporcionar oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional para os jovens NEET.

No âmbito deste projeto e durante o ano de 2023, decorreram as seguintes atividades: Questionário de levantamento de necessidades às organizações da sociedade civil, dezembro 2022/janeiro 2023; Sessão de trabalho do consórcio para intercâmbio de práticas e desenvolvimento de resultados, fevereiro de 2023; Formação às organizações da sociedade civil, Portugal e Irlanda, abril 2023; Sessão de trabalho do consórcio para intercâmbio de práticas e desenvolvimento de resultados, 28 de abril 2023; Seminário Final do Projeto, Portugal, 30 de maio 2023, e Irlanda, 10 de julho 2023.

A Agência Nacional Erasmus + refere, no relatório final de apreciação do projeto, que “os principais objetivos foram atingidos”: capacitar organizações da sociedade civil no domínio do voluntariado inclusivo

para aumentar a participação cívica dos jovens NEET; compreender as necessidades dos jovens NEET em relação ao voluntariado, captar as demandas das OSC associadas ao consórcio na área e promover mudanças organizacionais nas OSC através da formação de profissionais; fortalecer a cooperação transnacional no setor jovem, estabelecendo parcerias com organizações europeias para a troca de conhecimentos e boas práticas, entre outros.

5.9 ERASMUS + “EUROPE IS FEMALE”

O Projeto Europe is Female, promovido, no âmbito do programa Erasmus +, pela Europäische Akademie Berlin (Alemanha), em parceria com a UMP (Portugal), Centar za karijere mladih (Croácia) e Mano Europa (Lituânia), tratou o tema da igualdade de género, numa abordagem através da arte.

O projeto envolveu, para além das quatro organizações sociais europeias, que organizaram um workshop artístico em cada país, artistas e convidados locais e 20 mulheres (cinco de cada país), com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos (cinco de cada país).

A delegação portuguesa indicada pela UMP foi constituída por cinco jovens mulheres recrutadas nas associações mutualistas e participou nos quatro workshops realizados. A UMP foi a organizadora do workshop em Portugal, que se realizou no Complexo de Ténis de Espinho, entre 25 e 27 de setembro. As 20 participantes, com percursos e contextos de vida singulares, deram asas à sua criatividade e, com a orientação da artista portuense Arisca, especializada em pintura mural e ilustração, transpuseram para a tela e para o papel os traços e as cores com que cada uma perspetiva a igualdade de género. O tema foi introduzido e debatido no arranque do workshop a partir de uma intervenção de Manuela Aguiar, ex-Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas.

Seguidamente, de 25 a 28 de outubro, as participantes reuniram-se em Dubrovnik, Croácia, numa ação organizada pela Centar za karijere mladih Dubrovnik, onde desenvolveram a arte de impressão em linoprint, introduzida previamente pela artista local Iva Zmirak. Em Kaunas, na Lituânia, as duas dezenas de mulheres foram recebidas pela Mano Europa, onde tiveram ocasião de criar peças artísticas a partir de palha (atividade tradicional no país) e de cerâmica, com orientação de Milda Azuole.

O Europe is Female culminou numa exposição final na Europäische Akademie, em Berlim, de 8 a 12 de dezembro, onde o público, participantes e convidados, tiveram a oportunidade de apreciar todas as obras artísticas concebidas no decurso desta iniciativa.



Encontro com Nicolas Schmit



Constituição da OIES



Beyond Neet



Europe Is Female

530.681,56 €

EM FUNDOS DISPONÍVEIS

30.925,15 €

DE RESULTADO POSITIVO

VI. RESULTADO LÍQUIDO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO

VI. RESULTADO LÍQUIDO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO

As Demonstrações Financeiras da União das Mutualidades Portuguesas (UMP) foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL - Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho;
- Declaração de retificação n.º 916/2015;
- Código das Associações Mutualistas – Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto; e
- Normas Interpretativas (NI).

Em 2023, a União das Mutualidades Portuguesas apresentou um resultado líquido positivo global de Euro: 30.925,15. Este resultado é formado, por um lado, pelo resultado líquido negativo inerente à atividade principal da UMP no valor de Euro: 91.670,25, bem como pelo resultado líquido positivo registado no equipamento “Centro Infantil Dr. António da Costa Leal”, explorado pela União das Mutualidades Portuguesas e que prossegue a resposta social “Creche”, no valor de Euro: 122.595,40.

Considerando que, com a adoção do SNC-ESNL, as demais informações de natureza económica e financeira se encontram explicadas com grande detalhe no Anexo às Demonstrações Financeiras, para o mesmo se remete a explicação da formação dos resultados líquidos de 2023 e sua comparação com os resultados do ano anterior.

Por último, e à semelhança do praticado em anos anteriores, o Conselho de Administração propõe às Excelentíssimas Associadas que o resultado do exercício de 2023 no montante positivo de Euro: 30.925,15 seja aplicado em conformidade com o disposto nos Estatutos.

VII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

VII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS		Notas	PERÍODO	
			2023	2022
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	267 168,01	196 130,72	
Ativos intangíveis	6	0,00	230,38	
Investimentos financeiros	16.1	27 582,95	26 920,91	
Sub-total		294 750,96	223 282,01	
Ativo corrente				
Créditos a receber	16.3	91 955,57	114 561,38	
Estado e outros Entes Públicos	16.7	737,40	669,70	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16.2	624,87	224,87	
Diferimentos	16.4	7 927,37	3 595,43	
Caixa e depósitos bancários	16.5	378 847,10	350 754,86	
Sub-total		480 092,31	469 806,24	
Total do ativo		774 843,27	693 088,25	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	16.9	428 833,78	212 497,57	
Resultados transitados	16.9	0,00	0,00	
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	16.9	70 922,63	70 922,63	
Resultado Líquido do período	16.9	30 925,15	247 858,39	
Total dos fundos patrimoniais		530 681,56	531 278,59	
Passivo				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	7	86 634,72	0,00	
Subtotal		86 634,72	0,00	
Passivo corrente				
Fornecedores	16.6	9 511,01	11 041,08	
Estado e outros Entes Públicos	16.7	28 464,14	22 359,61	
Financiamentos obtidos	7	11 319,54	0,00	
Diferimentos	16.4	0,00	1 803,42	
Outros passivos correntes	16.8	108 232,30	126 605,55	
Subtotal		157 526,99	161 809,66	
Total do passivo		244 161,71	161 809,66	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		774 843,27	693 088,25	

O Conselho de Administração:

Luís Alberto de Sá e Silva
José Santos Almeida
João Filipe Cardoso Esteves
Luís Filipe de Mendonça Cristina de Barros
Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu

O Contabilista Certificado:

Jorge Pedro do Vale Martins
C.C. 27 958

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	8	59 115,51	106 036,14
Subsídios, doações e legados à exploração	8 e 10	820 640,90	988 066,35
Fornecimentos e serviços externos	16.10	(240 646,94)	(290 661,05)
Gastos com o pessoal	14	(552 515,46)	(529 664,63)
Provisões específicas (aumentos/reduções)	8	0,00	12 917,36
Outros rendimentos	8 e 16.11	439,97	18 610,70
Outros gastos	16.12	(18 998,67)	(41 210,35)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		68 035,31	264 094,52
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(36 095,13)	(13 225,85)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		31 940,18	250 868,67
Juros e rendimentos similares obtidos	8 e 16.13	3,06	6,12
Juros e gastos similares suportados	16.13	(1 018,09)	(3 016,40)
Resultados antes de impostos		30 925,15	247 858,39
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		30 925,15	247 858,39

O Conselho de Administração:

Luís Alberto de Sá e Silva
José Santos Almeida
João Filipe Cardoso Esteves
Luís Filipe de Mendonça Cristina de Barros
Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu

O Contabilista Certificado:

Jorge Pedro do Vale Martins
C.C. 27 958

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
Período Findo em 31 de Dezembro de 2023

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	União das Mutualidades Portuguesas	Centro Infantil Dr. António da Costa Leal	PERÍODOS	
			2023	2022
Vendas e serviços prestados	15 000,40	44 115,11	59 115,51	106 036,14
Resultado bruto	15 000,40	44 115,11	59 115,51	106 036,14
Subsídios, doações e legados à exploração	394 589,10	426 051,80	820 640,90	988 066,35
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	12 917,36
Outros rendimentos	158,03	285,00	443,03	18 616,82
Gastos administrativos:	(446 951,00)	(346 211,40)	(793 162,40)	(820 325,68)
Fornecimentos e serviços externos	(170 812,92)	(69 834,02)	(240 646,94)	(290 661,05)
Gastos com pessoal	(276 138,08)	(276 377,38)	(552 515,46)	(529 664,63)
Outros gastos:	(53 448,69)	(1 645,11)	(55 093,80)	(54 436,20)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(35 437,49)	(657,64)	(36 095,13)	(13 225,85)
Outros gastos	(18 011,20)	(987,47)	(18 998,67)	(41 210,35)
Outros gastos operacionais de capacitação não financiados	0,00		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(90 652,16)	122 595,40	31 943,24	250 874,79
Gastos de financiamento (líquidos)	(1 018,09)	0,00	(1 018,09)	(3 016,40)
Resultados antes de impostos	(91 670,25)	122 595,40	30 925,15	247 858,39
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	(91 670,25)	122 595,40	30 925,15	247 858,39

O Conselho de Administração:

Luís Alberto de Sá e Silva
José Santos Almeida
João Filipe Cardoso Esteves
Luís Filipe de Mendonça Cristina de Barros
Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu

O Contabilista Certificado:

Jorge Pedro do Vale Martins
C.C. 27 958

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2023

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade				
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	1	212 497,57	0,00	70 922,63	247 858,39	531 278,59
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	216 336,21	0,00		(247 858,39)	(31 522,18)
		216 336,21	0,00	0,00	(247 858,39)	(31 522,18)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				30 925,15	30 925,15
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				(216 933,24)	(597,03)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2023	6=1+2+3+5	428 833,78	0,00	70 922,63	30 925,15	530 681,56

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2022

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade				
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	6	59 818,19	0,00	70 922,63	152 679,38	283 420,20
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	152 679,38	0,00	0,00	(152 679,38)	0,00
		152 679,38	0,00	0,00	(152 679,38)	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				247 858,39	247 858,39
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8				95 179,01	247 858,39
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2022	6+7+8+10	212 497,57	0,00	70 922,63	247 858,39	531 278,59

O Conselho de Administração:

Luís Alberto de Sá e Silva

José Santos Almeida

João Filipe Cardoso Esteves

Luís Filipe de Mendonça Cristina de Barros

Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu

O Contabilista Certificado:

Jorge Pedro do Vale Martins

C.C. 27 958

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de associados e utentes		59 115,51	106 036,14
Recebimentos de subsídios		820 640,90	988 066,35
Pagamentos a fornecedores		(242 177,01)	(287 359,52)
Pagamentos ao pessoal		(543 618,21)	(533 790,39)
Caixa gerada pelas operações		93 961,19	272 952,58
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		(53 932,63)	12 339,23
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		40 028,56	285 291,81
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(106 567,08)	(188 295,82)
Ativos intangíveis		(1 646,43)	(2 772,38)
Investimentos financeiros		(662,04)	
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros			4 662,96
Juros e rendimentos similares		3,06	6,12
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(108 872,49)	(186 399,12)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		101 200,00	177 115,89
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(3 245,74)	(177 115,89)
Juros e gastos similares		(1 018,09)	(3 016,40)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		96 936,17	(3 016,40)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		28 092,24	95 876,29
Caixa e seus equivalentes no início do período		350 754,86	254 878,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16.5	378 847,10	350 754,86

O Conselho de Administração:

Luís Alberto de Sá e Silva

José Santos Almeida

João Filipe Cardoso Esteves

Luís Filipe de Mendonça Cristina de Barros

Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu

O Contabilista Certificado:

Jorge Pedro do Vale Martins

C.C. 27 958

ANEXO

Nos termos da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, as divulgações a efetuar pelas ESNL em anexo às Demonstrações Financeiras correspondem às que abaixo se indicam.

1. Identificação da Entidade

A União das Mutualidades Portuguesas (UMP) é uma Associação Mutualista de grau superior, constituída sob a forma de União, a 9 de agosto de 1980, encontrando-se registada na Direção-Geral da Segurança Social sob o n.º 1/85, com fundos patrimoniais indeterminados, duração indefinida, número ilimitado de associados e âmbito de ação em todo o território nacional.

A UMP rege-se pelos diplomas legais aplicáveis e pelos seus Estatutos e tem como fins fundamentais promover a defesa, desenvolvimento, cultura e práticas de solidariedade mutualista e assegurar a organização e representação do movimento mutualista.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpôs a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da União das Mutualidades Portuguesas, de acordo com as NCRF-ESNL e no pressuposto da continuidade das operações.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela União das Mutualidades Portuguesas na elaboração das Demonstrações Financeiras de 2023 foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, juntamente com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015.

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a UMP continuará a operar no futuro previsível assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir o nível das suas operações.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

De acordo com o regime de acréscimo, os gastos e os rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou em “Diferimentos”.

No entanto, no que diz respeito às quotizações dos associados foi adotado o regime de caixa, uma vez que a UMP não possui direito quanto à exigibilidade do saldo.

3.1.3 Consistência de Apresentação

Os conteúdos das Demonstrações Financeiras são consistentes com os do exercício anterior.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

Cada classe material de itens dissemelhantes é apresentada separadamente nas Demonstrações Financeiras. As Demonstrações Financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, serem relatados separadamente, estes não foram compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

Os conteúdos das Demonstrações Financeiras são comparáveis com os do exercício anterior.

3.2 Outras políticas contabilísticas:

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações foram calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Ativos Fixos Tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	4
Equipamento de transporte	4
Equipamento Administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 8

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Não existem “Bens do património histórico e cultural” registados.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.

As amortizações foram calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada natureza destes ativos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos Fixos Intangíveis	Número de anos
Projetos de desenvolvimento	3
Programas de computador	3
Propriedade industrial	3
Outros ativos intangíveis	3 a 5

3.2.4 Investimentos financeiros

Encontram-se registados em “Investimentos Financeiros” a participação da UMP no Capital Social da Cooperativa António Sérgio Para a Economia Social (CASES), no montante de 17.000,00 € e correspondente a 17 títulos. Igualmente, encontra-se registada a aquisição de Títulos de Dívida Pública, no montante de 55,42 €, investimento no Fundo de Compensação do Trabalho no montante de 8.027,53 € e aquisição de Títulos da CCAM no montante de 2.500,00€.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui o montante disponível em 31.12.2023 em caixa e em depósitos bancários à ordem.

Créditos a receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registados pelo seu valor nominal estando deduzidos no Balanço de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, para assim retratar o valor realizável líquido.

Fornecedores, Empréstimos e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores”, “Empréstimos” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos Patrimoniais” é constituída pelo Fundo Social, pelas Reservas Estatutárias (Fundo de Administração, Fundo de Solidariedade Associativa e Fundo de Reserva Geral) resultantes da aplicação dos Resultados Líquidos anuais, em conformidade com as disposições estatutárias da UMP e por outras variações nos fundos patrimoniais resultantes da fusão, na UMP, de Associações Mutualistas.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Os “Financiamentos Obtidos” encontram-se registados no passivo pelo valor nominal líquido da concessão desses empréstimos.

3.2.9 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras estão elaboradas pressupondo a continuidade da UMP.

3.2.10 Principais fontes de incerteza das estimativas

A presente nota faz referência aos principais pressupostos em relação ao futuro adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras e que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das Demonstrações Financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das Demonstrações Financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das Demonstrações Financeiras anexas foram os seguintes:

As vidas úteis dos ativos fixos tangíveis foram determinadas tendo por base os critérios do decreto regulamentar 25/2009, entendendo a Administração que os mesmos representam a melhor estimativa da utilidade esperada do ativo para a entidade.

As quotizações dos Associados são reconhecidas através do Regime de Caixa, uma vez que a UMP não possui direito quanto à exigibilidade das quotas.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não aplicável.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas encontram-se referidos em 3.2.1.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período findo de 2023 evidenciando as adições, as revalorizações, os abates e as alienações, as depreciações e outras alterações, encontram-se no seguinte quadro:

Descrição	2023						Total
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	
Ativos							
Saldo Inicial	126 297,00	53 703,00	14 024,60	14 540,00	55 730,97	4 882,98	269 178,55
Aquisições	0,00	0,00	479,99	101 200,00	3 883,49	0,00	105 563,48
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	126 297,00	53 703,00	14 504,59	115 740,00	59 614,46	4 882,98	374 742,03
Descrição	2023						Total
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo Inicial	0,00	0,00	5 521,81	14 540,00	48 958,40	4 027,62	73 047,83
Depreciações do exercício	0,00	307,07	2 481,17	25 459,98	6 229,73	48,24	34 526,19
Saldo Final	0,00	307,07	8 002,98	39 999,98	55 188,13	4 075,86	107 574,02
Ativos Líquidos	126 297,00	53 395,93	6 501,61	75 740,02	4 426,33	807,12	267 168,01

6. Ativos Intangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de amortização e a vida útil usada encontram-se referidos em 3.2.3.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período findo de 2023, evidenciando as adições, as revalorizações, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, encontram-se no seguinte quadro:

Descrição	2023					
	Despesas de Instalação	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	Propriedade Industrial	Programas de Computador	Outros Activos Intangíveis	Total
Ativos						
Saldo inicial		31 980,00	1 087,37	11 536,88	608,90	45 213,15
Aquisições		0,00	0,00	1 338,56	0,00	1 338,56
Saldo final	0,00	31 980,00	1 087,37	12 875,44	608,90	46 551,71
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	0,00	31 980,00	1 087,37	11 306,50	608,90	44 982,77
Amortizações do exercício		0,00	0,00	1 568,94	0,00	1 568,94
Saldo final	0,00	31 980,00	1 087,37	12 875,44	608,90	46 551,71
Ativos líquidos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

7. Custos de Empréstimos Obtidos

São os seguintes os montantes em dívida bem como os encargos suportados e pagos nos exercícios de 2023 e 2022:

Descrição	2022		2023	
	Montante em Dívida	Encargos Financeiros	Montante em Dívida	Encargos Financeiros
Empréstimos Obtidos				
Instituições Financeiras				
Empréstimos bancários/Leasings Financeiros	0,00	3 016,40	97 954,26	1 018,09
Outros Encargos Financeiros				
Total	0,00	3 016,40	97 954,26	1 018,09

8. Rédito

A UMP reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

Prestação de serviços – Esta rubrica diz respeito às quotizações das Associadas bem como a rendimentos provenientes das quotas dos utilizadores do Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIACL), reconhecidas na demonstração dos resultados.

Juros – quando existam, são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

Subsídios à Exploração - respeitam aos subsídios atribuídos à UMP pelo Estado, por outros Organismos e Entidades públicas e privadas e, quando aplicável, são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante;

Outros rendimentos – Dizem respeito a correções relativas a exercícios anteriores, participações recebidas para realização de eventos e a restituição de impostos.

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2022		2023	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Prestação de serviços	106 036,14 €	9,4%	59 115,51 €	6,7%
Subsídios	988 066,35 €	87,8%	820 640,90 €	93,2%
Outros Rendimentos	18 610,70 €	1,7%	439,97 €	0,0%
Provisões Específicas	12 917,36 €	1,1%	- €	0,0%
Juros	6,12 €	0,0%	3,06 €	0,0%
Totais	1 125 636,67 €	100,0%	880 199,44 €	100,0%

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A UMP, por ausência de factos ou pressupostos geradores, não reconhece nas suas demonstrações financeiras provisões, passivos ou ativos contingentes.

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Em 2023 e 2022, a UMP registou os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios à exploração”:

Descrição	2022	2023
Subsídios do Governo	302 734,72	330 984,86
MTSSS	302 734,72	330 984,86
Subsídios e Apoios de Outras Entidades Publicas	664 332,16	456 292,39
POISE	274 404,34	-
ISS, IP. (Acordo Cooperação Creche CIACL)	348 113,61	426 051,80
ERASMUS +	11 740,67	23 481,33
Protocolo MARES	1 756,32	-
Apoio COVID	496,16	-
IEFP	10 192,34	6 759,26
IEFP - CONVERTE +	1 956,72	-
IAPMEI	672,00	-
CAMÕES I.P.	15 000,00	-
Subsídios de Outras Entidades	20 999,47	33 363,65
CASES	20 000,00	20 000,00
EUROPE IS FEMALE	-	13 363,65
PINGO DOCE	999,47	-
Total	988 066,35	820 640,90

11. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

12. Impostos sobre o Rendimento

Não aplicável.

13. Instrumentos Financeiros

As bases de mensuração e as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, encontram-se descritas no anterior ponto 3.2.5. e nos pontos 16.2 a 16.8, estão decompostas as respetivas contas.

14. Benefícios dos empregados

Funcionários

O número de funcionários remunerados a 31 de dezembro de 2023 era de 31 trabalhadores. Dos quais 13 trabalhadores estavam afetos à atividade principal da UMP (incluindo 1 Órgão Associativo) e os restantes 18 estavam afetos ao Centro Infantil Dr. António da Costa Leal.

15. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A União das Mutualidades Portuguesas não é devedora de quaisquer contribuições e impostos à Segurança Social e à Autoridade Tributária.

16. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras são divulgadas as seguintes informações.

16.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a UMP detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2023
Investimentos noutras entidades	17 000,00	17 000,00
Outros Métodos	17 000,00	17 000,00
Outros Investimentos	9 920,91	10 582,95
Titulos da Dívida Pública (Justo valor)	55,42	55,42
Fundo Compensação Trabalho	7 365,49	8 027,53
Outros Títulos	2 500,00	2 500,00
Total	26 920,91	27 582,95

16.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2023
Fundadores/associados/membros	224,87	624,87
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Valor Líquido	224,87	624,87

Descrição	2022	2023
Imparidade reconhecida no período	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

16.3 Créditos a receber

A rubrica “Créditos a receber” evidenciava em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2023
Devedores por acréscimos de rendimentos	94 832,66	78 313,90
ISS, IP (Acordo Cooperação CIDACL)	0,00	16 369,86
IEFP	0,00	4 718,65
POISE	83 091,99	0,00
MTSSS	0,00	55 164,14
Erasmus	11 740,67	0,00
Europe Is Female	0,00	2 061,25
Outros Devedores	19 728,72	13 641,67
Total	114 561,38	91 955,57

16.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os valores a reconhecer como gastos com Seguros, Software, Aluguer de viaturas e Outros Custos e como rendimentos com a participação dos utentes do CIDACL.

16.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2023
Caixa	715,53	508,64
Depósitos à ordem	350 039,33	378 338,46
Total	350 754,86	378 847,10

Os registos nas diversas rubricas da demonstração dos fluxos de caixa correspondem efetivamente aos recebimentos/pagamentos observados, sendo registados numa base bruta, i.e., não compensando entradas com saídas, exceto quanto a recebimentos e pagamentos (de caixa) dos itens em que a rotação seja rápida, as quantias sejam grandes e os vencimentos sejam curtos (p.ex. utilizações e amortizações de contas caucionadas, financiamentos por recurso a desconto de títulos, cheques e factoring).

Os pagamentos a fornecedores e outros englobam IVA e outros impostos e taxas liquidados nas transações realizadas. Os pagamentos ao pessoal não incluem as retenções efetuadas nem outros encargos devidos pela própria sociedade, mas que não lhes sejam pagos, os quais são registados em outros recebimentos/pagamentos operacionais.

Os dividendos e juros recebidos são registados pelo valor líquido das inerentes retenções de impostos.

16.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” nos períodos findos de 2023 e 2022 é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Fornecedores C/C	11 041,08	9 511,01
Total	11 041,08	9 511,01

16.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2022		2023	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor
Estado e outros entes públicos				
Retenções de imposto sobre o rendimento		5 989,25		6 984,58
IVA	669,70		737,40	
Contribuições para a Seg. Social		16 370,36		21 479,56
Total	669,70	22 359,61	737,40	28 464,14

16.8 Outros passivos correntes

A rubrica "Outro passivo corrente" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Pessoal		
Remunerações a pagar	20 107,14	29 004,39
Credores por Acréscimos de gastos	63 839,17	74 519,78
Outros Credores	42 659,24	4 708,13
Total	126 605,55	108 232,30

16.9 Fundos Patrimoniais

Descrição	2022	2023
Fundos		
Fundo Inicial	6 948,79	6 948,79
Fundo de Administração	-80 638,87	127 829,65
Fundo Solidariedade Associativo	294 055,34	294 055,34
Fundo Reserva Geral	-7 867,69	0,00
Outras Variações - Doações	70 922,63	70 922,63
Resultado Líquido do Período	247 858,39	30 925,15
Total	531 278,59	530 681,56

16.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi a seguinte:

Descrição	2022	2023
Subcontratos	29 874,30	37 087,04
Serviços especializados	136 715,71	65 459,66
Materiais	8 558,76	14 445,54
Energia e fluidos	19 201,70	19 163,36
Deslocações, estadas e transportes	32 841,74	40 477,67
Serviços diversos	63 468,84	64 013,67
Total	290 661,05	240 646,94

16.11 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	18 610,70	439,97
Total	18 610,70	439,97

16.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Impostos	415,70 €	1 833,33 €
Outros Gastos e Perdas:		
Correcções relativas períod.anteriores	26 875,47 €	9 773,15 €
Quotizações	250,00 €	250,00 €
Outros Gastos	13 669,18 €	7 142,19 €
Total	41 210,35 €	18 998,67 €

16.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2023
Juros e gastos similares suportados:		
Juros suportados	3 016,40	1 018,09
Juros de mora e compensatórios	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	3 016,40	1 018,09
Juros e rendimentos similares obtidos:		
Juros obtidos	6,12	3,06
Total	6,12	3,06
Resultados financeiros	(3 010,28)	(1 015,03)

17. Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em exercício em 10 de janeiro de 2024.

Lisboa, 10 de janeiro de 2024

O Conselho de Administração,

Presidente - Luís Alberto de Sá e Silva

em representação de A Mutualidade de Santa Maria – Associação Mutualista

Vice-Presidente – José Santos Almeida

em representação de A Familiar – A Familiar de Espinho – Associação Mutualista

Vice-Presidente – João Filipe Cardoso Esteves

em representação da Associação de Socorros Mútuos “Protetora dos Artistas” de Faro

Vice-Presidente – Luís Filipe de Mendonça Cristina de Barros

em representação de MUDIP – Associação Mutualista Diplomática Portuguesa

Vice-Presidente – Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu

em representação da Associação de Socorros Mútuos Familiar Vimaranesense

Contabilista Certificado,

Jorge Pedro do Vale Martins

C.C. 27 958

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Estimadas Associadas,

O Conselho Fiscal, em cumprimento das competências previstas nos Estatutos da União das Mutualidades Portuguesas, apresenta o seu Parecer sobre o Relatório de Atividades e as Contas relativas ao exercício económico de 2023, aprovadas pelo Conselho de Administração.

Na prossecução da sua ação, o Conselho Fiscal sustenta a sua opinião pelo acompanhamento regular das atividades executadas durante o exercício de 2023 e previstas no Programa de Ação e Orçamento, bem como na elaboração das Contas da UMP, tendo contado, durante todo o processo, com todo o apoio e colaboração do Conselho de Administração, do Contabilista Certificado e dos Serviços Administrativos e Financeiros da UMP, sempre que foram requisitados e que nos cumpre reconhecer e agradecer.

A União das Mutualidades Portuguesas regista, no exercício de 2023, um resultado líquido positivo no montante total de Euro: 30.925,15€, que reflete, a estratégia do Conselho de Administração em, reiteradamente, manter saudável e sustentável a estrutura económica e financeira da UMP, facto este que o Conselho Fiscal atribui especial destaque.

PARECER

Em face do exposto, é opinião do Conselho Fiscal, que o Relatório e Contas de 2023 da União das Mutualidades Portuguesas merecem serem aprovadas pelas Exas. Associadas.

Lisboa, 10 de janeiro de 2024

O Conselho Fiscal,

Presidente – Armanda Isabel Pinto Taipa Pereira
em representação da Associação de Socorros Mútuos Freamundense

Vogal – Jorge Carlos da Conceição Cordeiro
em representação da Associação de Socorros Mútuos Primeiro de Dezembro

Vogal – José Vicente Costa de Carvalho
em representação da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Vilafranquenses

WWW.MUTUALISMO.PT

